

EDITAL

LICITAÇÃO COM LOTES COM AMPLA PARTICIPAÇÃO E EXCLUSIVOS À MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP EM ATENDIMENTO AOS INCISOS I E III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006

REGIDO PELA LEI N.º 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI N.º 8.666 DE 21/06/93 ALTERADA PELA LEI N.º 8.883/94 DE 08.06.94 E LEI 9.648/98 E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR EM VIGOR, LEI 123/2006, LEI 147/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, DECRETO MUNICIPAL Nº 03/2017 E LEI 12.846/2013.

PREÂMBULO

A Pregoeira do Município de Choró/CE torna público para conhecimento de todos os interessados que até as **09h30 min** do dia **19 de Setembro de 2019**, em sua sede, localizada na Av. João Paracampos, nº 1410, Alto do Cruzeiro, Choró-CE, em sessão pública, dará início aos procedimentos de credenciamento e recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentos de habilitação, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019-PP**, identificado abaixo, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 de 08.06.94 e lei 9.648/98 e legislação complementar em vigor, Lei 123/2006, Lei 147/2014 e suas alterações, DECRETO MUNICIPAL Nº 03/2017 e Lei 12.846/2013.

OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL E MATERNIDADE PE. JOSÉ BEZERRA FILHO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR LOTE
ESPÉCIE:	PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
DATA E HORA DE ABERTURA:	19 DE SETEMBRO DE 2019 ÀS 09H30MIN
VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	12 (DOZE) MESES
FORMA DE FORNECIMENTO:	INDIRETA POR DEMANDA

Compõem-se o presente edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e adjudicação.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato, bem como, os esclarecimentos necessários à aplicabilidade obrigatória dos ditames das Leis 10.520/2002, 8.666/1993, 123/2006 e 147/2014 e suas alterações.



Onde existir a menção da Lei 123/2006 e suas alterações, entenda-se como alterações, também, a Lei complementar 147/2014 e suas alterações.

Para o cumprimento do disposto no art. 48 da Lei Complementar 147/14, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

PARTE B – ANEXOS

- Anexo I – Termo de Referência do Objeto;
- Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo III – Modelo de Declarações/Procuração;
- Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.
- Anexo V – Minuta do Termo de Contrato.

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL E MATERNIDADE PE. JOSÉ BEZERRA FILHO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante do anexo I do presente edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar da presente licitação pessoa física ou jurídica localizada em qualquer Unidade da Federação cadastrada ou não no Município de Choró/CE, que atenda a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação.

2.1.1. CADASTRAMENTO: O licitante que desejar o cadastramento/revalidação junto ao Município de Choró/CE (no CRC) a que se refere o subitem anterior deverá providenciá-lo, diretamente na sede do setor de cadastro, situada na Av. João Paracampos, nº 1410, Alto do Cruzeiro, Choró-CE.

2.1.2. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora.

2.2. CREDENCIAMENTO: Cada licitante deverá apresentar-se com apenas 01 (um) representante, devidamente munido de documentação hábil de credenciamento, o qual será o único admitido a intervir nas diversas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, pelo licitante representado.

2.2.1. Cada representante, juntamente com o documento hábil de credenciamento, deverá apresentar ainda:

- a) Cópia de seu documento oficial de identificação (do representante), válido na forma da lei;
- b) Declaração de pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências quanto à proposta e à habilitação previstas no edital, conforme modelo disposto no item 01 do ANEXO III deste edital;
- c) Registro Comercial (no caso de empresa individual) ou Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e todos os seus aditivos e/ou último aditivo consolidado (no caso de sociedades comerciais) ou Inscrição do Ato Constitutivo (no caso de sociedades civis) ou Decreto de Autorização (em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras), devidamente registrado em órgão competente.



2.2.2. Os documentos de credenciamento, declarações e documentos de identificação deverão ser apresentados em separados dos envelopes de proposta de preços e de documentos de habilitação, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura desses envelopes.

2.2.3. Entende-se por documento hábil de credenciamento o instrumento particular com a firma do outorgante reconhecida em cartório, podendo ser utilizado o modelo sugerido, discriminado no item 02 do ANEXO III deste Edital, ou público de mandato, conferindo poderes para a prática de atos compatíveis com a presente licitação, outorgado por sócio-gerente, diretor, titular ou qualquer outro representante da licitante com poderes para tanto, acompanhado de documento que comprove tais poderes;

2.2.4. Caso o credenciado da pessoa jurídica licitante seja sócio-gerente, diretor do licitante ou titular de firma individual, dispondo por si só de poderes de representação, deverão ser apresentados documentos que comprovem tal condição, nos quais estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.3. A incorreção ou não apresentação do instrumento de mandato, da comprovação de que se trata o subitem 2.2.3 ou dos documentos tratados nas alíneas "a" e "c" do subitem 2.2.1, implicará no não credenciamento do licitante, e por consequência, na impossibilidade de formular novas ofertas e lances de preços na fase de disputa de preços, nem poderá se manifestar durante o transcurso do pregão, incluindo também a impossibilidade de interpor recurso, valendo-se, para todos os efeitos, dos termos de sua proposta escrita.

2.4. A incorreção ou não apresentação da declaração de pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências quanto à proposta de preços e aos documentos de habilitação previstas no edital, alínea "b" do subitem 2.2.1, importa na impossibilidade de participação no certame.

2.5. No decorrer do procedimento licitatório, os licitantes credenciados poderão nomear representantes, caso não os tenha feito, descredenciar ou substituir os já nomeados, desde que apresente os documentos exigidos neste item. Entretanto, não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

2.6. Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns.

2.6.1. Se antes do início da abertura dos envelopes de preço for constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes, somente uma delas poderá participar do certame.

2.6.2. Se constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura dos envelopes de preço, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

2.7. Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, ou ainda, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com o Município de Choró/CE, ou tenham sido declarados inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.

2.8. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME ou EPP) nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 147/2014, para que estas possam gozar dos benefícios previstos na referida Lei, inclusive participar do(s) item(ns)/lote(s) exclusivo(s) para ME e EPP é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal, por meio da declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deverá ser feita no próprio formulário de credenciamento (Anexo III – Item 04).

2.8.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) que possua restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar a declaração de que trata o item 2.8, fazendo constar em tal documento também a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, no prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme dispõe o art. 43, §1º da Lei Complementar Nº. 123/06.

2.8.2.1.1. A não-regularização da documentação, no prazo legal previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

2.8.2. Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

3.1. O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:

3.1.1. Credenciamento dos licitantes;

3.1.2. Abertura das propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;

3.1.3. Lances verbais entre os classificados;

3.1.4. Habilitação do licitante melhor classificado;

3.1.5. Recursos;

3.1.6. Adjudicação.

4. DOS ENVELOPES E DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

4.1. Além dos documentos de credenciamento, previstos no subitem 2.2, cada licitante deverá ainda apresentar simultaneamente 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber: "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à "Proposta de Preços" e aos "Documentos de Habilitação" deverão ser entregues em envelopes separados, opacos e lacrados, rubricados no fecho, endereçados ao Município de Choró/CE, identificados com o número da presente licitação, com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos seus conteúdos ("Proposta de Preços" ou "Documentos de Habilitação").

4.3. Todos os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente ou cópia simples acompanhada do respectivo original a fim de ser verificada autenticidade pela Pregoeira ou por servidor integrante da Equipe de Apoio.

4.3.1. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4.3.2. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos de habilitação, à proposta de preços e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

4.3.2.1. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

4.3.3. Nos documentos apresentados neste processo, quando não consignado o respectivo prazo de vigência em seu bojo, o prazo de vigência será aceito pela Pregoeira como sendo de 60 (sessenta) dias, salvo determinação legal específica em contrário.

4.4. Todos os documentos apresentados, cópias ou originais, deverão conter todas as informações de seu bojo legíveis e inteligíveis, assinadas quando necessário, sem rasuras, acréscimos e entrelinhas.

4.4.1. Será desclassificada ou inabilitada a licitante que apresentar documento em desconformidade com este item, quando a falha comprometer a compreensão do seu conteúdo na análise da proposta ou da documentação apresentada.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta de preços deverá ser elaborada em 01 (uma) via em papel timbrado ou com carimbo do interessado, manuscrita em letra de forma em tinta não lavável ou confeccionada por máquina, impresso por computador ou qualquer processo eletrônico, datada e assinada (sobre o carimbo ou equivalente) pelo titular



ou preposto, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo na parte externa do envelope as seguintes indicações:

AO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE
PREGÃO PRESENCIAL N°. N° 031/2019-PP
LICITANTE:
CNPJ N°.
ENVELOPE N°. 01 (PROPOSTA DE PREÇOS)

5.2. A proposta de preços deverá ser apresentada seguindo o modelo padronizado no anexo II deste edital, contendo:

5.2.1. A modalidade e o número da licitação;

5.2.2. Endereçamento à Pregoeira do Município de Choró/CE;

5.2.3. Razão social, CNPJ, endereço, inscrição estadual ou municipal do proponente, conforme o caso, e se houver, número do telefone/fax, e endereço eletrônico;

5.2.4. Prazo de entrega máximo de 15 (quinze) dias;

5.2.5. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

5.2.6. Os itens cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital, com a respectiva marca, bem como valor global da proposta de preços por extenso.

5.2.6.1. Serão automaticamente desclassificados os itens das propostas de preços que não especificarem a marca dos produtos/materiais/equipamentos cotados, bem como cotar marcas inexistentes no mercado.

5.2.7. Os valores unitários e totais em algarismos de cada item cotado, e conforme o caso, o valor global do lote e/ou da proposta em algarismos e por extenso.

5.2.8. Quantidade ofertada por item/lote, observando o disposto no anexo I deste edital;

5.2.9. Declaração da licitante que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado;

ORIENTAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ESCRITAS

5.3. Os preços constantes da proposta de preços do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

5.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

5.5. Se tratando de julgamento por menor preço por item, ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros. Se a licitação for por menor preço por lote, somatório ou a multiplicação errada que influenciar no valor total do lote implicará na desclassificação da licitante no referido lote.

5.6. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.

5.6.1. A proposta de preços deve contemplar todos os itens/lotes em sua integralidade, conforme Anexo I do Edital.

5.7. A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos bens e as condições de participação, competição, julgamento e formalização da ata de registro de preços, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente ao Decreto Municipal N°. 03/2017, a Lei N°. 10.520/02 e Lei N°. 8.666/93, alterada e consolidada.

5.8. Na análise das propostas de preços à Pregoeira observará preferencialmente o preço unitário, facultando-lhe, porém, segundo critério de conveniência e oportunidade observar o preço total.

5.9. Será desclassificada a proposta de preços apresentada em desconformidade com este item.



5.10. Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope "A" não sendo admitido o recebimento pela Pregoeira, de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues à Pregoeira.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O envelope contendo os documentos de habilitação deverá conter os documentos exigidos em uma única via, e ser apresentado na forma do subitem 4.2 deste edital, contendo a seguinte inscrição no seu frontispício:

AO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE
PREGÃO PRESENCIAL N°. Nº 031/2019-PP
LICITANTE:
CNPJ N°.
ENVELOPE N°. 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

Os interessados não cadastrados no Município de Choró/CE, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei N°. 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais serão analisados pela Pregoeira quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

6.2. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.2.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa firma individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

6.2.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E TODOS OS SEUS ADITIVOS E/OU ÚLTIMO ADITIVO CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

6.2.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

6.2.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.3. Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

6.3.4. Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

6.3.5. Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante (Geral ou ISS);

6.3.6. Prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS);

6.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A das Consolidações das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata/recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.



6.4.2. Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor correspondente efetivamente arrematado pelo licitante, podendo a comprovação ser feita através da apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante ou outro documento legal.

6.5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.5.1. Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação e firma reconhecida do assinante, comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades compatível com o objeto da licitação.

6.6. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.6.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos anexos deste edital;

6.6.2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos anexos deste edital (art. 32, §2º, da Lei Nº. 8.666/93).

ORIENTAÇÃO SOBRE A FASE DE HABILITAÇÃO

6.7. As pessoas físicas interessadas em participar da presente licitação deverão apresentar documentos compatíveis, incluindo todas as declarações, com os solicitados no item 6.

6.8. No caso de licitantes devidamente cadastrados no Município de Choró/CE, a documentação mencionada nos subitens 6.2 a 6.4 poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Município de Choró/CE (assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes), acompanhado dos documentos tratados nos subitens 6.5 e 6.6, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pela Pregoeira.

6.8.1. A documentação constante do Cadastro de Fornecedores do Município de Choró/CE deverá também encontrar-se dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.

6.9. Para a habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.

6.10. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata/recuperação judicial, caso exigidas neste edital, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para o recebimento dos envelopes.

6.11. A documentação constante dos envelopes de habilitação que forem abertos integrará os autos do processo licitatório e não será devolvida.

6.11.1. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declarados classificados ao final da fase de competição poderão ser retirados por seus representantes na própria sessão. Os documentos não retirados permanecerão em poder da Pregoeira, devidamente lacrados, durante 30 (trinta) minutos à disposição dos respectivos licitantes. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

6.12. Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdos e forma.

7. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1. O Pregão será do tipo presencial, com itens com ampla participação e exclusivos para ME e EPP, com a abertura da licitação em sessão pública, dirigida por Pregoeiro(a), e realizar-se-á no endereço constante do preâmbulo deste edital, seguindo o trâmite indicado abaixo e obedecendo a legislação em vigor.



7.2. CREDENCIAMENTO: Antes do início da sessão os representantes dos interessados em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira), identificar-se e comprovarem a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, na forma do item 2 deste instrumento, assinando então lista de presença.

7.3. RECEBIMENTO DE ENVELOPES: A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital terá início à sessão pública do Pregão Presencial, na presença dos representantes dos licitantes devidamente credenciados e demais pessoas que queiram assistir ao ato, onde a Pregoeira receberá de cada licitante ou seu representante em envelopes distintos, devidamente lacrados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para a habilitação dos licitantes, fazendo registrar o nome dos licitantes que assim procederam.

7.3.1. Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pela Pregoeira.

7.3.2. Após a entrega dos envelopes não caberá desistência por parte de qualquer licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

7.4. ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS

Abertos os envelopes contendo as "Propostas de Preços" de todos os licitantes, a Pregoeira ou membro da equipe de apoio fará a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. A seguir, a Pregoeira informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

7.5. CLASSIFICAÇÃO INICIAL: A Pregoeira fará a ordenação das propostas de todos os licitantes, em ordem CRESCENTE de valor, classificando o licitante com proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, para que seus representantes participem dos lances verbais.

7.5.1. Caso não sejam verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem 7.5, a Pregoeira classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas iniciais.

7.5.2. Havendo empate de propostas no limite de 10% (dez por cento), bem como no terceiro valor, todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço serão selecionadas para a fase de lances.

7.6. LANCES VERBAIS: Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes, obedecendo às seguintes disposições:

7.6.1. A Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor. No caso de empate de valor entre propostas será realizado imediatamente sorteio visando definir a ordem de lance entre os licitantes empatados.

7.6.2. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado.

7.6.3. A Pregoeira no início ou no decorrer da etapa de lances verbais terá a prerrogativa de:

- a) Determinar um intervalo mínimo de valor entre os lances verbais a serem realizados;
- b) Determinar um período máximo de tempo para que cada licitante realize o lance verbal;

7.6.4. Não será aceito o lance realizado em desacordo com as determinações emanadas da Pregoeira na forma da alínea "a" do subitem anterior.

7.6.5. Preclui o direito de apresentar lance verbal, sendo considerado desistente o licitante que deixar de apresentar lance no prazo determinado pela Pregoeira na forma da alínea "b" do subitem 7.6.3.

7.6.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para efeito de classificação ao final da etapa competitiva.



7.6.7. Quando não mais se realizarem lances verbais por quaisquer dos licitantes será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem decrescente de valor, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.6.8. A Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor para a Administração nas situações em que não se realizem lances verbais, ou realizando-se, depois de declarado o encerramento da etapa competitiva se a oferta não for aceitável, ou se o licitante classificado for considerado inabilitado, no exame de oferta subsequente.

7.6.9. Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

7.6.10. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas de acordo com o menor preço apresentado, se a licitante classificada em primeiro lugar não for uma microempresa (ME) ou uma empresa de pequeno porte (EPP), a Pregoeira procederá à verificação se alguma licitante ME ou EPP ofereceu lance final com preço até 5% (cinco por cento) superior ao melhor registrado. Havendo licitante nessa condição, a Pregoeira convocará a mais bem classificada para ofertar, no prazo determinado, sob pena de preclusão, nova proposta com valor inferior àquela inicialmente vencedora da fase de lances. Havendo proposta, esta será considerada vencedora.

7.6.11. Caso a ME ou EPP mais bem classificada, convocada nos termos do item anterior, não apresente proposta inferior àquela inicialmente vencedora, serão convocadas, pela ordem de classificação as ME ou EPP remanescentes, que porventura se enquadrem na hipótese de lance final com preço até 5% (cinco por cento) superior ao melhor registrado, para apresentar nova proposta na forma do citado item.

7.6.12. No caso de equivalência de valores apresentados pelas ME ou EPP, que tiveram lance final com preço até 5% (cinco por cento) superior ao melhor registrado, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a nova proposta, contudo, só será dada oportunidade de apresentar nova proposta às demais ME ou EPP com preços equivalentes, no caso de desistência da contemplada no sorteio, a exemplo do exposto no item anterior.

7.6.13. Não serão aplicados os procedimentos de benefícios à ME e EPP relativos aos subitens 7.6.10 à 7.6.12, se a primeira classificada for uma ME ou EPP, conforme o art. 3º da Lei Complementar Nº. 123/06, ou se o(s) item(ns)/lote(s) forem exclusivo(s) para ME e EPP, sendo então a primeira classificada considerada vencedora e a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da referida licitante para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

7.6.14. Não ocorrendo a apresentação de propostas menores que a da primeira classificada não ME ou EPP, nos termos deste Edital, essa será considerada vencedora e a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da referida licitante para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

7.6.15. Tratando-se de preço inexequível a Pregoeira poderá determinar ao licitante que comprove a exequibilidade de sua proposta, em prazo a ser fixado, sob pena de desclassificação.

7.6.16. Ocorrendo a hipótese tratada no subitem anterior, a Pregoeira abrirá o envelope de habilitação do licitante primeiro classificado "sob condição", considerando o disposto no subitem anterior.

7.6.17. Declarada encerrada a etapa competitiva, com ou sem lances verbais, e realizada a classificação final das propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, especialmente quanto à conformidade entre a proposta/oferta de menor preço e o valor estimado para a contratação constante da planilha dos autos do processo, decidindo motivadamente a respeito.

7.6.18. A Pregoeira poderá, também "sob condição", negociar diretamente com o classificado subsequente para que seja obtida melhor oferta que a sua proposta anteriormente oferecida a fim de conseguir menor preço, caso não comprovada a exequibilidade do licitante anteriormente classificado.

7.6.19. O lance verbal depois de proferido será irrevogável, não podendo haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.



7.6.20. Os licitantes que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis serão considerados desclassificados, não se admitindo complementação posterior.

7.6.21. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

7.6.22. Não serão adjudicadas propostas com preços **unitários e/ou global** superiores aos valores estimados para a contratação, constantes da planilha dos autos do processo.

7.6.22.1. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de Cotações do Município de Choró/CE, responsável pela elaboração e emissão da referida Planilha, assim também, dirimidas as eventuais dúvidas que possam surgir.

7.6.23. Caso o preço referente ao preço final seja composto de preços unitários, deverá a Pregoeira, antes da convocação de todos os licitantes, solicitar o vencedor à adequação desses preços ao valor do lance final.

7.6.23.1. A proposta de preços adequada ao preço ofertado no lance final para que os preços dos itens estejam compatíveis com a média de preços de mercado deverá ser apresentada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desclassificação.

7.6.24. Não havendo vencedor para a cota reservada a mesma será declarada fracassada.

7.6.25. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo preço menor dos preços apresentados.

7.7. HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO: Existindo proposta classificada aceitável, a Pregoeira anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" dos licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) proposta(s), para confirmação das suas condições habilitatórias, determinadas no item 6.

7.7.1. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope Nº. 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior, exceto nos casos previstos na Lei 123/2006, Lei 147/2014 e alterações posteriores.

7.7.2. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pela Pregoeira, caso não haja intenção de interposição de recurso por qualquer dos demais licitantes.

7.7.3. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, permitida negociação – subitem 7.6.8 do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

7.7.4. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo.

7.7.5. A Pregoeira terá a prerrogativa de decidir se o exame dos "Documentos de Habilitação" se dará ao final da etapa competitiva de cada item/lote ou ao final do julgamento de todos os itens/lotes.

7.8. RECURSOS: Somente no final da sessão, depois de declarado o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, facultando-lhe juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em prazo sucessivo também de 03 (três) dias úteis (que começará a correr do término do prazo da recorrente), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.9. ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma obrigatoriamente



assinada, ao final, pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio, e facultativamente, pelos licitantes ainda presentes quando do encerramento dos trabalhos.

7.9.1. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a contratação, será feita pela Pregoeira a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

- a) À Procuradoria Geral do Município, para fins de análise e parecer jurídico sobre o processo licitatório;
- b) Depois ao(s) órgão(s) solicitantes da presente licitação para homologação e consequente formalização da Ata de Registro de Preços.

7.9.2. A Proposta de Preços Adequada ao preço ofertado no lance final deverá ser elaborada de forma proporcional, para que os preços dos itens estejam compatíveis com a média de preços de mercado, de forma a não torná-los inexequíveis e deverá ser apresentada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.10. SUSPENSÃO DA SESSÃO

7.10.1. A Pregoeira é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

7.10.2. A Pregoeira poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

7.11. INDICAÇÃO DO VENCEDOR: No julgamento das propostas/ofertas será declarado vencedor o Licitante que, tendo atendido a todas as exigências deste edital, apresentar **MENOR PREÇO POR LOTES**, cujo objeto do certame a ele será adjudicado.

7.11.1. Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste edital.

7.12. Ao final da sessão, encontrado o melhor lance, será indagado aos demais participantes na sua respectiva ordem de classificação, a intenção de composição de cadastro de reserva dos mesmos, inclusive para os itens) exclusivos para ME e EPP, tudo conforme os termos do inciso II do art. 10 do Decreto Municipal Nº. 03/2017.

7.12.1. Será incluído, no anexo da ata de registro de preços, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens/serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

7.12.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

7.12.3. O registro a que se refere o subitem 7.12.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses de cancelamento de seu registro de preços.

7.12.4. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 7.12.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

7.12.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada, na hipótese de quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos ou quando houver a necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

7.12.6. Todos os procedimentos para o cadastro de reserva serão realizados também para os itens exclusivos para ME e EPP.

8. RECURSOS

8.1. Somente no final da sessão, depois de declarado o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, facultando-lhe juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em prazo sucessivo também de 03 (três) dias úteis (que começará a correr do término do prazo da recorrente), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2. O recurso será dirigido ao(s) Secretário(s) Municipal(is), por intermédio da Pregoeira, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente

informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso pelo(s) Secretário(s) Municipal(is).

8.3. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

8.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

8.5. O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo, conforme disposto no § 2º do art. 109 da Lei Nº. 8.666/93.

8.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao licitante vencedor.

8.7. A petição poderá ser feita na própria sessão e, se oral, será reduzida a termo em ata, facultado A Pregoeira o exame dos fatos e julgamento imediato do recurso.

8.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.9. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Secretaria Municipal de Saúde homologará e procederá a adjudicação da(s) proposta(s) vencedora(s);

8.10. A intimação dos atos decisórios da Administração — Pregoeiro ou Secretário Municipal de Saúde — em sede recursal será feita mediante publicação do extrato no Município de Choró/CE, conforme disposto na Lei Municipal.

8.11. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Pregoeira do Município de Choró/CE, caso não seja contrário às particularidades do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP.**

9. DA(S) DOTAÇÃO (ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

9.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à Secretaria Municipal de Saúde.

10. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

10.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado no subitem 10.1, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10.1.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.2. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

10.2.1. O endereçamento à Pregoeira do Município de Choró/CE;

10.2.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios), contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolizada na sede do setor de licitações do Município, situada na Av. João Paracampos, nº 1410, Alto do Cruzeiro, Choró-CE, dentro do prazo editalício;

10.2.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

10.2.4. O pedido, com suas especificações;

10.3. A resposta do Município de Choró/CE, será disponibilizada a todos os interessados através de publicação do extrato resumido do ato no DOM, conforme disposto na Lei Municipal, e constituirá aditamento a estas instruções.

- 10.4.** O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.
- 10.5.** Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.
- 10.5.1.** Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas de preços.
- 10.6. DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, a Pregoeira ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir que sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta de preços, fixando o prazo para a resposta.
- 10.6.1.** Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 10.7. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** O Município de Choró/CE poderá revogar a licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular esta licitação por ilegalidade, em qualquer etapa do processo.

11. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1.** As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ata de registro de preços, subscrita pelo Município de Choró/CE, através da Secretaria de Saúde, e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos do Decreto Municipal Nº. 03/2017, da Lei Nº. 8.666/93, da Lei Nº. 10.520/02, deste edital e demais normas pertinentes, bem como da Lei 123/2006 e 147/2014 e suas alterações e Acórdão nº 2957/2011, TC 017.752/2011-6 de 09/11/2011.
- 11.1.1.** Integra o presente instrumento o modelo da ata de registro de preços a ser celebrada.
- 11.1.2.** Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na ata de registro de preços.
- 11.2.** Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Choró/CE convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.
- 11.2.1.** O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Choró/CE.
- 11.2.2.** A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, sujeitará a licitante a perda do direito ao registro do(s) preço(s) e à aplicação das penalidades previstas neste edital e na legislação pertinente.
- 11.2.3.** Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à Administração Municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação prevista na planilha de custos dos autos do processo.
- 11.2.4.** A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 11.3.** Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato da ata de registro de preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais.
- 11.4.** A ata de registro de preços só poderá ser alterada em conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº. 03/2017.
- 11.5.** A ata de registro de preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de **12 (DOZE) MESES**, improrrogáveis.

11.6. A ata de registro de preços não obriga o Município de Choró/CE a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

11.7. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município de Choró/CE optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a ata de registro de preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

11.8. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no quadro de avisos do Município de Choró/CE e ficarão à disposição durante a vigência da ata de registro de preços.

11.9. O Município de Choró/CE monitorará os preços dos produtos/materiais/equipamentos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

11.9.1. O Município de Choró/CE convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

11.10. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

11.11. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

11.12. Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município de Choró/CE para determinado item.

11.13. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município de Choró/CE poderá convocar os demais fornecedores classificados para formalizarem o registro de seus preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.14. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

11.14.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12. DA ENTREGA DOS BENS LICITADOS

12.1. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos/materiais/equipamentos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicarão os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante.

12.1.1. A ordem de compra emitida conterá os produtos/materiais/equipamentos pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do registro no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro de fornecedores ou da própria ata de registro de preços.

12.1.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra, o fornecedor deverá fazer a entrega dos produtos/materiais/equipamentos no local, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.

12.1.3. O aceite dos produtos/materiais/equipamentos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos/materiais/equipamentos entregues.



12.1.4. Poderão ser firmados contratos decorrentes da ata de registro de preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

12.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os produtos/materiais/equipamentos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Ordem de Compra pela administração, no local definido pelo órgão solicitante.

12.2.1. Para os produtos/materiais/equipamentos objeto deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do Município de Choró/CE.

12.2.1.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junta ao órgão solicitante.

12.2.2. No caso de constatação da inadequação dos produtos/materiais/equipamentos fornecidos às normas e exigências especificadas neste edital e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

12.2.3. As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissiva legal e conveniência atestado pelo Município de Choró/CE.

12.3. Os produtos/materiais/equipamentos licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no termo de referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) A entrega dos produtos/materiais/equipamentos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços dos órgãos solicitantes.

12.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado(a), pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Nº. 8.666/93, doravante denominado(a) GERENTE DE CONTRATO.

12.4.1. O gerente de contrato ora nominado poderá ser alterado a qualquer momento, justificadamente, caso haja necessidade por parte da(s) contratante(s).

13. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

13.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento dos bens licitados, inclusive a margem de lucro.

13.2. PAGAMENTO: O pagamento será feito na proporção da entrega dos produtos/materiais/equipamentos solicitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das



certidões federais, estaduais e municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

13.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada no subitem 13.2, observadas as disposições editalícias, através de crédito na conta bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

13.3. REAJUSTE: Os valores constantes da Ata de Registro de Preços são irrevogáveis.

13.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

14. DAS SANÇÕES

14.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não assinar a ata de registro de preços ou termo de contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do fornecimento, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Choró/CE e será descredenciado no Cadastro do Município de Choró/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) Recusar em celebrar a ata de registro de preços ou o termo de contrato dela decorrente quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta ou lance;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou da ata de registro de preços, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da entrega dos bens;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

14.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na ata de registro de preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei Nº. 10.520/02, as seguintes penas:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

14.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.



14.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

14.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14.4. O fornecedor beneficiário da ata terá o registro de seu preço cancelado quando:

14.4.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços e/ou contrato;

14.4.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.4.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.4.4. Tiver presentes razões de interesse público.

14.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa, advertência e cancelamento do registro do preço;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Choró/CE e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Choró/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

14.5.2. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indicio de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído, pela Pregoeira à Procuradoria Geral do Município para apuração. Nos casos ligados a fase posterior a adjudicação serão comunicados pela autoridade gestora competente à Procuradoria.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da Administração.

15.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Pregoeira durante a sessão e pelo(s) órgão(s) solicitantes da licitação, em outro caso.

15.3. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

15.4. A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. A formalização da ata de registro de preços não gera ao beneficiário direito de fornecimento, mas apenas mera expectativa de contratação.

15.6. A formalização da ata de registro de preços só gera ao beneficiário do registro a obrigação de fornecimento quando expedida a competente ordem de compra ou celebrado o competente termo de contrato.

15.7. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

15.8. A Administração disponibilizará meios de divulgação e amplo acesso aos preços praticados no registro objeto dessa licitação.

15.9. A homologação do presente procedimento será de competência do(s) órgão(s) solicitante(s).

15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município de Choró/CE, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

15.11. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24h (vinte e quatro) horas a contar da respectiva data, salvo mediante publicação em jornal de grande circulação.

15.12. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Choró/CE.

15.13. Cópias do edital e anexos serão fornecidas mediante Termo de Retirada de edital, gratuitamente através de CD ROOM ou PEN DRIVE, a ser fornecido pelo licitante, ou mediante pagamento de cópia reprográfica, nos horários de 07:30 às 13:30 horas, na sede da comissão do pregão da prefeitura de Choró, situado na Av. João Paracampos, nº 1410, Alto do Cruzeiro, Choró-CE, ficando os autos do presente processo administrativo à disposição para vistas e conferência dos interessados, ficando o licitante obrigado a:

- a) pagamento da taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) de cópia reprográfica, por meio de documento de arrecadação Municipal – DAM.
- b) fornecer CD ROOM ou PEN DRIVE.

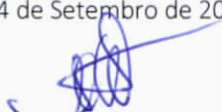
15.14. Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste certame, discriminadas no termo de referência deste edital, deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços.

15.15. No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurado a autoridade competente:

- a) Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente.
- b) Anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, disto dando ciência aos interessados mediante publicação na forma da legislação vigente.

15.16. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no DOM da Prefeitura de Choró, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.

Choró/CE, 04 de Setembro de 2019.



Ana Paula Estêvão Silva
Pregoeira do Município de Choró/CE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2019 - PP

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL E MATERNIDADE PE. JOSÉ BEZERRA FILHO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA-ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP NOS LOTES EXCLUSIVOS

1.1. TERMO DE REFERÊNCIA PARA PREGÃO PRESENCIAL COM LOTES COM AMPLA PARTICIPAÇÃO E EXCLUSIVOS À MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, REGIDO PELA LEI N.º 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI N.º 8.666 DE 21/06/93 ALTERADA PELA LEI N.º 8.883/94 DE 08.06.94 E LEI 9.648/98 E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR EM VIGOR, LEI 123/2006, LEI 147/2014 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 12.846/2013.

1.2. Para o cumprimento do disposto no art. 48 da Lei Complementar 147/14, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.3. Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME ou EPP) nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 147/2014, para que estas possam gozar dos benefícios previstos na referida Lei, inclusive participar dos lotes exclusivos para ME e EPP é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal, por meio da declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deverá ser feita no próprio formulário de credenciamento.

1.4. A participação é exclusiva à microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) nos lotes: 01.01, 02.01, 03.01, 04.01, 05.01, 06.01, 07.01, 08.01, 09.01, 10.01 e 11.01.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DIVISÃO POR LOTES

2.1. O presente termo de referencia é oriundo das solicitações de despesa nº 20190627001 – 20190627002 - Secretaria de Saúde.

2.2. Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

2.3. JUSTIFICATIVA PARA DIVISÃO DE LOTES

2.3.1. Quanto à divisão técnica dos lotes os itens foram agrupados em Lotes em virtude dos mesmos guardarem compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a contratação dos materiais, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.



2.3.2. No objeto em tela caso fosse adotado o critério de julgamento por item geraria um número muito grande de vencedores para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordenação das atividades, pois a secretaria solicitante não conta com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos. Desta feita optamos pelo critério de julgamento menor Preço por Lote.

2.3.3. No que diz respeito ao princípio da Economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado, dessa forma na divisão por lote do objeto em tela há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

2.3.4. Para cumprimento do disposto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar 147/14, foram formados lotes exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com cota correspondente a 1 % (um por cento) do total do objeto a ser licitado, sem prejuízo da participação da ME e EPP na cota principal.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL 7.0	PAR	118
02	CUNHA DE MADEIRA COLORIDA	PACOTE	23
03	FIO DENTAL COM 500 METROS	ROLO	17
04	MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 5 MM X ½ M	CAIXA	79
05	MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 7 MM X ½ M	CAIXA	79
06	ÓLEO SPRAY PARA CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO COM 100 ML	FRASCO	79
07	PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO COM 12 FOLHAS TAM. APROX. 11 CM X 2,5 CM	PACOTE	118
08	TAÇA DE BORRACHA ODONTOLÓGICA	UNIDADE	297
09	TIRAS DE LIXA DE AÇO SERRILHADO COM 12 UNIDADE	POCOTE	118
10	TIRAS DE LIXA DE AÇO ODONTOLÓGICA 4 MM COM 12 UNIDADEES	PACOTE	79
11	ROLINHO DE ALGODÃO	PACOTE	792
12	TOUCA DESCARTÁVEL COM 100 UNIDADEES	PACOTE	79
13	PLÁSTICO FILME COM 100 MTS	ROLO	69
14	CANUDO COM 100 UNIDADEES	PACOTE	148
15	LUVA DE BORRACHA GROSSA	UNIDADE	33
16	MÁSCARA DESCARTÁVEL DE PROTEÇÃO COM TRIPLA CAMADA COM ELÁSTICO COM 100 UNIDADEE	CAIXA	346
17	SERINGA DESCARTÁVEL 8 ML	UNIDADE	217
18	AGULHA GENGIVAL ODONTOLÓGICA CURTA 30 G COM 100 PEÇAS	CAIXA	297
19	FIO DE SUTURA DE SEDA 3.0 CM, COM AGULHA, ESTÉRIL, 24 ENVELOPES	CAIXA	158
20	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL PCT C/40 UND	PACOTE	149
21	SUGADOR ODONTOLOGICO DESCARTAVEL PCT C/40 UND	PACOTE	693
22	ALGODÃO EM ROLO DE 500GRS	ROLO	45
23	BABADOR DESCARTAVEL PCT C/100	PACOTE	297
24	PAPEL GRAU CIRURGICO 100MMX100M	ROLO	148
25	PAPEL GRAU CIRURGICO 200MMX100M	ROLO	148
26	ABRIDOR DE BOCA DE BORRACHA C/2 AUTOCLAVAVEL	PAR	31
27	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA,ALGODÃO,8 DOBRAS,9 FIOS/CMY,TAM.7,5CMX7,5CM C/500 UND	PACOTE	574
28	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LATEX TAMANHO "PP" CAIXA C/100 UNIDADEES	CAIXA	396
29	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LATEX TAMANHO "M" CAIXA C/100 UNIDADEES	CAIXA	198
30	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LATEX TAMANHO "P" CAIXA C/100 UNIDADEES	CAIXA	367
31	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	CAIXA	23
32	SUGADOR ODONTOLOGICO DESCARTAVEL PCT C/40 UND	PACOTE	693



33	TIRA DE LIXA DE AÇO SERRILHADA COM 12 UNIDADEES	PACOTE	118
34	ESPELHOS BUCAIS	UNIDADE	792
35	FIO DE SUTURA DE ALGODÃO	CX	158
<i>FIO DE SUTURA DE ALGODÃO 2.0 CM. COM AGULHA, ESTERIL, 24 ENVELOPES</i>			

LOTE 01.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL 7.0	PAR	02
02	CUNHA DE MADEIRA COLORIDA	PACOTE	01
03	FIO DENTAL COM 500 METROS	ROLO	01
04	MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 5 MM X ½ M	CAIXA	01
05	MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 7 MM X ½ M	CAIXA	01
06	ÓLEO SPRAY PARA CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO COM 100 ML	FRASCO	01
07	PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO COM 12 FOLHAS TAM. APROX. 11 CM X 2,5 CM	PACOTE	02
08	TAÇA DE BORRACHA ODONTOLÓGICA	UNIDADE	03
09	TIRAS DE LIXA DE AÇO SERRILHADA COM 12 UNIDADE	PACOTE	02
10	TIRAS DE LIXA DE AÇO ODONTOLÓGICA 4 MM COM 12 UNIDADEES	PACOTE	01
11	ROLINHO DE ALGODÃO	PACOTE	08
12	TOUCA DESCARTÁVEL COM 100 UNIDADEES	PACOTE	01
13	PLÁSTICO FILME COM 100 MTS	ROLO	01
14	CANUDO COM 100 UNIDADEES	PACOTE	02
15	LUVA DE BORRACHA GROSSA	UNIDADE	01
16	MÁSCARA DESCARTÁVEL DE PROTEÇÃO COM TRIPLA CAMADA COM ELÁSTICO COM 100 UNIDADEE	CAIXA	04
17	SERINGA DESCARTÁVEL 8 ML	UNIDADE	03
18	AGULHA GENIVAL ODONTOLÓGICA CURTA 30 G COM 100 PEÇAS	CAIXA	03
19	FIO DE SUTURA DE SEDA 3.0 CM, COM AGULHA, ESTÉRIL, 24 ENVELOPES	CAIXA	02
20	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL PCT C/40 UND	PACOTE	01
21	SUGADOR ODONTOLOGICO DESCARTAVEL PCT C/40 UND	PACOTE	07
22	ALGODÃO EM ROLO DE 500GRS	ROLO	01
23	BABADOR DESCARTAVEL PCT C/100	PACOTE	03
24	PAPEL GRAU CIRUGICO 100MMX100M	ROLO	02
25	PAPEL GRAU CIRUGICO 200MMX100M	ROLO	02
26	ABRIDOR DE BOCA DE BORRACHA C/2 AUTOCLAVAVEL	PAR	01
27	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA,ALGODÃO,8 DOBRAS,9 FIOS/CMY,TAM.7,5CMX7,5CM C/ 500 UND	PACOTE	05
28	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LATEX TAMANHO "PP" CAIXA C/100 UNIDADEES	CAIXA	04
29	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LATEX TAMANHO "M" CAIXA C/100 UNIDADEES	CAIXA	02
30	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LATEX TAMANHO "P" CAIXA C/100 UNIDADEES	CAIXA	03
31	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	CAIXA	01
32	SUGADOR ODONTOLOGICO DESCARTAVEL PCT C/40 UND	PACOTE	07
33	TIRA DE LIXA DE AÇO SERRILHADA COM 12 UNIDADEES	PACOTE	02
34	ESPELHOS BUCAIS	UNIDADE	08
35	FIO DE SUTURA DE ALGODÃO	CX	02

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	ADESIVO ESMALTE/DENTINA	UNIDADE	108
02	COMPOSIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACA C/ UM TUBO DE PASTA BASE 13G	CAIXA	60
03	GEL CONDICIONADOR P/ ESMALTE/DENTINA, ACIDO ORTO-FOSFÓRICO 37 %, C/ 2,5ML	UNIDADE	218
04	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. ODONTOLÓGICO	FRASCO	31
05	IONÔMERO DE VIDRO LÍQUIDO (8ML)/PÓ(10G.) A3,5,CONJUNTO	CAIXA	80
06	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO (IRM), CONJUNTO PÓ (38 G.) E LÍQUIDO (15 ML)	CAIXA	60

07	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR 90 G. SABORES VARIADOS	UNIDADE	23
08	PEDRA POMES EXTRA FINA COM 100 G.	POTE	58
09	RESINA FLOW A3	UNIDADE	138
10	GERMERIO	FRASCO	98
11	FLÚOR GEL P/ APLICAÇÃO TÓPICA 1,23 % DE ÍON FLUORETO, SABORES VARIADOS C/ 200 ML	FRASCO	495
12	OTOSPORIN	UNIDADE	23
13	PERIOGARD 1L	UNIDADE	19
14	HEMOSTOP	UNIDADE	35
15	ANESTÉSICO LOCAL NOVOCOL CONTENDO 50 TUBETES	CAIXA	396
16	ANESTÉSICO TÓPICO, 12 G., ESSÊNCIAS VARIADAS	POTE	218
17	MEPIVACAÍNA HCl 3 % SEM VASOCONSTRICCTOR, CONTENDO 50 TUBETES PLÁT. DE 1,8ML	CAIXA	33
18	VERNIZ COM FLUOR	UNIDADE	44
19	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADE	UNIDADE	23
20	IONÔMETRO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO	KIT	23
21	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO C/25GRS	FRASCO	81
22	CLOREXIDINA 2% P/CAVIDADES C/100MML	FRASCO	44
23	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA 4G.B2	UNIDADE	138
24	RESINA FLOW A2	UNIDADE	138
25	RESINA FLOW A3,5	UNIDADE	48
26	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL SIRINGA PLASTICA 4G A3	UNIDADE	79
27	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL SIRINGA PLASTICA 4G B2	UNIDADE	79
28	ANESTESICO LOCAL MEPIVACAINA 2% CONTENDO 50 TUBETES	CAIXA	118
29	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4G.A3,5	UNIDADE	148
30	IONOMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO	KIT	23
31	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA 4GR.A1	UNIDADE	148
32	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4GR. A2	UNIDADE	148
33	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA 4GR.OA2	UNIDADE	148
34	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4GR. A3	UNIDADE	148
35	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4GR.OB2	UNIDADE	148
36	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4GR.C2	UNIDADE	148
37	AMÁLGAMA EM CAPSULA (1 PORÇÃO) PCT. COM 500 CÁPSULA	PACOTE	78
38	AGUA DESTILADA GALÃO DE 5 LITROS	UND	148

LOTE 02.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	ADESIVO ESMALTE/DENTINA	UNIDADE	02
02	COMPOSIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACA C/ UM TUBO DE PASTA BASE 13G	CAIXA	02
03	GEL CONDICIONADOR P/ ESMALTE/DENTINA, ACIDO ORTO-FOSFÓRICO 37 %, C/ 2,5ML	UNIDADE	02
04	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. ODONTOLÓGICO	FRASCO	01
05	IONÔMETRO DE VIDRO LÍQUIDO (8ML)/PÓ(10G.) A3,5,CONJUNTO	CAIXA	02
06	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO (IRM), CONJUNTO PÓ (38 G.) E LÍQUIDO (15 ML)	CAIXA	02
07	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR 90 G. SABORES VARIADOS	UNIDADE	01
08	PEDRA POMES EXTRA FINA COM 100 G.	POTE	02
09	RESINA FLOW A3	UNIDADE	02
10	GERMERIO	FRASCO	02
11	FLÚOR GEL P/ APLICAÇÃO TÓPICA 1,23 % DE ÍON FLUORETO, SABORES VARIADOS C/ 200 ML	FRASCO	05
12	OTOSPORIN	UNIDADE	01
13	PERIOGARD 1L	UNIDADE	01
14	HEMOSTOP	UNIDADE	01
15	ANESTÉSICO LOCAL NOVOCOL CONTENDO 50 TUBETES	CAIXA	04
16	ANESTÉSICO TÓPICO, 12 G., ESSÊNCIAS VARIADAS	POTE	02
17	MEPIVACAÍNA HCl 3 % SEM VASOCONSTRICCTOR, CONTENDO 50 TUBETES PLÁT. DE 1,8ML	CAIXA	01

18	VERNIZ COM FLUOR	UNIDADE	01
19	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADE	UNIDADE	01
20	IONÔMETRO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO	KIT	01
21	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO C/25GRS	FRASCO	01
22	CLOREXIDINA 2% P/CAVIDADES C/100MML	FRASCO	01
23	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA 4G.B2	UNIDADE	02
24	RESINA FLOW A2	UNIDADE	02
25	RESINA FLOW A3,5	UNIDADE	02
26	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL SIRINGA PLASTICA 4G A3	UNIDADE	01
27	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL SIRINGA PLASTICA 4G B2	UNIDADE	01
28	ANESTESICO LOCAL MEPIVICAINA 2% CONTENDO 50 TUBETES	CAIXA	02
29	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4G.A3,5	UNIDADE	02
30	IONOMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO	KIT	01
31	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA 4GR.A1	UNIDADE	02
32	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4GR. A2	UNIDADE	02
33	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA 4GR.OA2	UNIDADE	02
34	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4GR. A3	UNIDADE	02
35	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4GR.OB2	UNIDADE	02
36	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA PLASTICA DE 4GR.C2	UNIDADE	02
37	AMÁLGAMA EM CAPSULA (1 PORÇÃO) PCT. COM 500 CÁPSULA	PACOTE	02
38	AGUA DESTILADA GALÃO DE 5 LITROS	UND	02

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	MICROBRUSH, APLICADOR DESCARTÁVEL, TIPO REGULAR COM UNIDADEES	CAIXA	198
02	SISTEMA DE ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL, DISCOS DIÂMETRO 12,07 MM, CONTENDO:	CAIXA	34
03	ESCOVA LIMPA-BROCA	UNIDADE	34
04	ESCOVA DE ROBSON	UNIDADE	495
05	MACRO MODELO ESCOVAÇÃO COM ARTICULADOR METALICO 13ALT X 14,5LARG X 11,7COMP.	UNIDADE	11
06	ESCOVÃO ODONTOLÓGICO 36,7CM	UNIDADE	11
07	KIT EDUCATIVO DE MACRO MODELOS	UNIDADE	11
08	MICRO MOTOR + CONTRA ANGULO	UND	11
09	MOTOR DE ALTA ROTAÇÃO	UND	11

LOTE 03.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	MICROBRUSH, APLICADOR DESCARTÁVEL, TIPO REGULAR COM UNIDADEES	CAIXA	02
02	SISTEMA DE ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL, DISCOS DIÂMETRO 12,07 MM, CONTENDO:	CAIXA	01
03	ESCOVA LIMPA-BROCA	UNIDADE	01
04	ESCOVA DE ROBSON	UNIDADE	05
05	MACRO MODELO ESCOVAÇÃO COM ARTICULADOR METALICO 13ALT X 14,5LARG X 11,7COMP.	UNIDADE	01
06	ESCOVÃO ODONTOLÓGICO 36,7CM	UNIDADE	01
07	KIT EDUCATIVO DE MACRO MODELOS	UNIDADE	01
08	MICRO MOTOR + CONTRA ANGULO	UND	01
09	MOTOR DE ALTA ROTAÇÃO	UND	01

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	SONDA EXPLORADORA	UNIDADE	80
02	BROCAS ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADAS CILINDRICAS PLANA 1090	UNIDADE	198
03	BROCAS ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADAS CILINDRICAS PLANA 1091	UNIDADE	198
04	BROCAS ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADAS CILINDRICAS PLANA 1092	UNIDADE	218

05	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA 1031	UNIDADE	129
06	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA 1032	UNIDADE	129
07	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA 1033	UNIDADE	129
08	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA 1034	UNIDADE	129
09	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1011	UNIDADE	218
10	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1012	UNIDADE	198
11	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1013	UNIDADE	198
12	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1014	UNIDADE	198
13	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1015	UNIDADE	218
14	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3118 F	UNIDADE	198
15	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3168F	UNIDADE	198
16	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3195F	UNIDADE	198
17	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 1190FF	UNIDADE	198
18	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3118FF	UNIDADE	198
19	BROCA ODONTOLÓGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFÉRICA ½	UNIDADE	139
20	BROCA ODONTOLÓGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFÉRICA 3	UNIDADE	198
21	BROCA ODONTOLÓGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFÉRICA 4	UNIDADE	198
22	BROCA ODONTOLÓGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFÉRICA 5	UNIDADE	198
23	LAMINA DE BISTURI Nº15 CX C/100 UND	CAIXA	11
24	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1036	UNIDADE	129
25	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1042	UNIDADE	129
26	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFERICA 1014HL	UNIDADE	198
27	PORTA AMALGAMA	UNIDADE	23
28	CURETA GRAYCE 5	UNIDADE	59
29	CURETA GRAYCE 6	UNIDADE	59
30	CURETA GRAYCE 7	UNIDADE	59
31	CURETA GRAYCE 8	UNIDADE	59
32	BROCA TRANSMETAL 21MM	UNIDADE	49
33	BROCA ZECRYA 25MM	UNIDADE	69
34	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFERICA 1019	UNIDADE	198
35	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO 2200	UNIDADE	198
36	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 1190	UNIDADE	198
37	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3195FF	UNIDADE	198
38	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO 3213	UNIDADE	198
39	BROCA ODONTOLOGICA DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFERICA 2	UNIDADE	129
40	BROCA ODONTOLOGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINA ESFÉRICA 6	UNIDADE	198
41	BROCA ODONTOLOGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILAMINADA ESFERICA 7	UNIDADE	198
42	BROCA ODONTOLOGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILAMINADA ESFERICA 8	UNIDADE	198
43	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1034	UNIDADE	198
44	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1045	UNIDADE	198
45	AFASTADOR TIPO EXPANDEX	UNIDADE	23
46	PORTA AGULHA DE MAYO	UNIDADE	99
47	ESCULPIDOR HOLEMBACK 3S	UNIDADE	44
48	ESTOJO INOX 18X08X05CM	UNIDADE	23
49	TAMBOR PORTA DETRITO 10X10	UNIDADE	34
50	TESOURA IRIS RETA 11,5CM	UNIDADE	79
51	TESOURA IRIS CURVA 11,5CM	UNIDADE	79
52	SERINGA CARPULE	UNIDADE	118
53	BROCA CIRURGICA ESFERICA Nº6	UNIDADE	79
54	BROCA CIRURGICA Nº 8	UNIDADE	79
55	PINÇA CLINICA ODONTOLÓCICA PARA ALGODÃO 13CM	UNIDADE	79
56	BROCA TRONCO CÔNICA INVERTIDA Nº 1033	UNIDADE	218
57	BROCA TRONCO CÔNICA INVERTIDA Nº 1034	UNIDADE	218
58	BROCA TRONCO CÔNICA INVERTIDA Nº 1031	UNIDADE	218
59	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1016	UNIDADE	198
60	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA 1111	UNIDADE	198



61	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA 3113	UNIDADE	198
62	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA 3193	UNIDADE	198
63	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1/2	UNIDADE	139
64	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1	UNIDADE	139
65	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 3	UNIDADE	139
66	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 5	UNIDADE	139
67	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 7	UNIDADE	139
68	CURETA GRAYCE 13	UNIDADE	59
69	CURETA GRAYCE 14	UNIDADE	59
70	CURETA GRAYCE 17	UNIDADE	59
71	CURETA GRAYCE 18	UNIDADE	59
72	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	UNIDADE	79
73	COLHER DE DENTINA	UNIDADE	79
74	BRUNIDOR	UNIDADE	79
75	CONDENSADOR (CALCADOR)	UNIDADE	79
76	CABO DE BISTURI	UNIDADE	79
77	CABO DE ESPELHO BUCAL	UNIDADE	396
78	CURETA DE ALVÉOLO	UNIDADE	80
79	PORTA MATRIZ	UNIDADE	45
80	FORCEPS INFANTIL Nº 01	UNIDADE	79
81	FORCEPS INFANTIL Nº 04	UNIDADE	79
82	FORCEPS INFANTIL Nº 05	UNIDADE	79
83	FORCEPS INFANTIL Nº 06	UNIDADE	79
84	FORCEPS INFANTIL Nº 16	UNIDADE	79
85	FORCEPS INFANTIL Nº 18D	UNIDADE	79
86	FÓRCEPS ADULTO Nº 16	UNIDADE	79
87	FÓRCEPS ADULTO Nº 17	UNIDADE	79
88	FÓRCEPS ADULTO Nº 18L	UNIDADE	79
89	FÓRCEPS ADULTO Nº 18R	UNIDADE	79
90	FÓRCEPS ADULTO Nº 69	UNIDADE	79
91	FÓRCEPS ADULTO Nº 65	UNIDADE	79
92	FÓRCEPS ADULTO Nº 150	UNIDADE	79
93	FÓRCEPS ADULTO Nº 151	UNIDADE	79
94	PLACA DE VIDRO 10 MM	UNIDADE	25
95	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO Nº 01	UNIDADE	59
96	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO Nº 24	UNIDADE	34
97	ESPÁTULA DE INCERÇÃO DE RESINA Nº 01	UNIDADE	79
98	BANDEJA CLÍNICA 22X17X1,5 CM	UNIDADE	118
99	LIMA PARA OSSO	UNIDADE	34
100	POTE DAPPEN VIDRO	UNIDADE	34
101	PONTA SUBGENGIVAL PARA ULTRASON GNATUS	UNIDADE	09
102	ALAVANCA RETA DE ADULTO	UNIDADE	79
103	ALAVANCA RETA INFANTIL	UNIDADE	79
104	ALAVANCA CURVA (BANDEIRINHA)	UNIDADE	79
105	SINDESMÓTOMO	UNIDADE	69

LOTE 04.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	SONDA EXPLORADORA	UNIDADE	02
02	BROCAS ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADAS CILINDRICAS PLANA 1090	UNIDADE	02
03	BROCAS ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADAS CILINDRICAS PLANA 1091	UNIDADE	02
04	BROCAS ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADAS CILINDRICAS PLANA 1092	UNIDADE	02
05	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA 1031	UNIDADE	01
06	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA 1032	UNIDADE	01
07	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA 1033	UNIDADE	01
08	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA 1034	UNIDADE	01
09	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1011	UNIDADE	02

10	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1012	UNIDADE	02
11	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1013	UNIDADE	02
12	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1014	UNIDADE	02
13	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1015	UNIDADE	02
14	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3118 F	UNIDADE	02
15	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3168F	UNIDADE	02
16	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3195F	UNIDADE	02
17	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 1190FF	UNIDADE	02
18	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3118FF	UNIDADE	02
19	BROCA ODONTOLÓGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFÉRICA ½	UNIDADE	01
20	BROCA ODONTOLÓGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFÉRICA 3	UNIDADE	02
21	BROCA ODONTOLÓGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFÉRICA 4	UNIDADE	02
22	BROCA ODONTOLÓGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFÉRICA 5	UNIDADE	02
23	LAMINA DE BISTURI Nº15 CX C/100 UND	CAIXA	01
24	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1036	UNIDADE	01
25	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1042	UNIDADE	01
26	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFERICA 1014HL	UNIDADE	02
27	PORTA AMALGAMA	UNIDADE	01
28	CURETA GRAYCE 5	UNIDADE	01
29	CURETA GRAYCE 6	UNIDADE	01
30	CURETA GRAYCE 7	UNIDADE	01
31	CURETA GRAYCE 8	UNIDADE	01
32	BROCA TRANSMETAL 21MM	UNIDADE	01
33	BROCA ZECRYA 25MM	UNIDADE	01
34	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFERICA 1019	UNIDADE	02
35	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO 2200	UNIDADE	02
36	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 1190	UNIDADE	02
37	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO FINO 3195FF	UNIDADE	02
38	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO 3213	UNIDADE	02
39	BROCA ODONTOLOGICA DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFERICA 2	UNIDADE	01
40	BROCA ODONTOLOGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFÉRICA 6	UNIDADE	02
41	BROCA ODONTOLOGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFERICA 7	UNIDADE	02
42	BROCA ODONTOLOGICAS DE BAIXA ROTAÇÃO MULTILÂMINADA ESFERICA 8	UNIDADE	02
43	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1034	UNIDADE	02
44	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA CONICA INVERTIDA 1045	UNIDADE	02
45	AFASTADOR TIPO EXPANDEX	UNIDADE	01
46	PORTA AGULHA DE MAYO	UNIDADE	01
47	ESCULPIDOR HOLEMBACK 3S	UNIDADE	01
48	ESTOJO INOX 18X08X05CM	UNIDADE	01
49	TAMBOR PORTA DETRITO 10X10	UNIDADE	01
50	TESOURA IRIS RETA 11,5CM	UNIDADE	01
51	TESOURA IRIS CURVA 11,5CM	UNIDADE	01
52	SERINGA CARPULE	UNIDADE	02
53	BROCA CIRURGICA ESFERICA Nº6	UNIDADE	01
54	BROCA CIRURGICA Nº 8	UNIDADE	01
55	PINÇA CLINICA ODONTOLÓGICA PARA ALGODÃO 13CM	UNIDADE	01
56	BROCA TRONCO CÔNICA INVERTIDA Nº 1033	UNIDADE	02
57	BROCA TRONCO CÔNICA INVERTIDA Nº 1034	UNIDADE	02
58	BROCA TRONCO CÔNICA INVERTIDA Nº 1031	UNIDADE	02
59	BROCA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA ESFÉRICA 1016	UNIDADE	02
60	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA 1111	UNIDADE	02
61	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA 3113	UNIDADE	02
62	BROCA ODONTOLOGICA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA 3193	UNIDADE	02
63	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1/2	UNIDADE	01
64	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1	UNIDADE	01
65	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 3	UNIDADE	01

66	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 5	UNIDADE	01
67	BROCA ODONTOLÓGICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA 7	UNIDADE	01
68	CURETA GRAYCE 13	UNIDADE	01
69	CURETA GRAYCE 14	UNIDADE	01
70	CURETA GRAYCE 17	UNIDADE	01
71	CURETA GRAYCE 18	UNIDADE	01
72	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	UNIDADE	01
73	COLHER DE DENTINA	UNIDADE	01
74	BRUNIDOR	UNIDADE	01
75	CONDENSADOR (CALCADOR)	UNIDADE	01
76	CABO DE BISTURI	UNIDADE	01
77	CABO DE ESPELHO BUCAL	UNIDADE	04
78	CURETA DE ALVÉOLO	UNIDADE	02
79	PORTA MATRIZ	UNIDADE	01
80	FORCEPS INFANTIL Nº 01	UNIDADE	01
81	FORCEPS INFANTIL Nº 04	UNIDADE	01
82	FORCEPS INFANTIL Nº 05	UNIDADE	01
83	FORCEPS INFANTIL Nº 06	UNIDADE	01
84	FORCEPS INFANTIL Nº 16	UNIDADE	01
85	FORCEPS INFANTIL Nº 18D	UNIDADE	01
86	FÓRCEPS ADULTO Nº 16	UNIDADE	01
87	FÓRCEPS ADULTO Nº 17	UNIDADE	01
88	FÓRCEPS ADULTO Nº 18L	UNIDADE	01
89	FÓRCEPS ADULTO Nº 18R	UNIDADE	01
90	FÓRCEPS ADULTO Nº 69	UNIDADE	01
91	FÓRCEPS ADULTO Nº 65	UNIDADE	01
92	FÓRCEPS ADULTO Nº 150	UNIDADE	01
93	FÓRCEPS ADULTO Nº 151	UNIDADE	01
94	PLACA DE VIDRO 10 MM	UNIDADE	01
95	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO Nº 01	UNIDADE	01
96	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO Nº 24	UNIDADE	01
97	ESPÁTULA DE INCERSÃO DE RESINA Nº 01	UNIDADE	01
98	BANDEJA CLINICA 22X17X1,5 CM	UNIDADE	02
99	LIMA PARA OSSO	UNIDADE	01
100	POTE DAPPEN VIDRO	UNIDADE	01
101	PONTA SUBGENGIVAL PARA ULTRASON GNATUS	UNIDADE	01
102	ALAVANCA RETA DE ADULTO	UNIDADE	01
103	ALAVANCA RETA INFANTIL	UNIDADE	01
104	ALAVANCA CURVA (BANDEIRINHA)	UNIDADE	01
105	SINDESMÓTOMO	UNIDADE	01

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	ALMOTOLIA MAROM BICO LONGO 250ML	UNIDAD	69
02	ABOCAT Nº 14	UNIDAD	495
03	ABOCAT Nº 18	UNIDAD	1040
04	ABOCAT Nº 20	UNIDAD	495
05	ABOCAT Nº 22	UNIDAD	1202
06	AGULHA DESC 13 X 4.5 CX C/100	CX	110
07	AGULHA DESC 25 X 7.0 CX C/100	CX	138
08	AGULHA DESC 25 X 8.0 CX C/100	CX	118
09	AGULHA DESC 40 X 12	CX	128
10	EXTENSOR DE ABOCAT 2 VIAS	UNIDAD	1485
11	SONDA URETRAL Nº 06	UNIDAD	316
12	SONDA URETRAL Nº 08	UNIDAD	118



13	SONDA URETRAL Nº 16	UNIDAD	133
14	SONDA URETRAL Nº 18	UNIDAD	133
15	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 08	UNIDAD	148
16	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 10	UNIDAD	98
17	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 16	UNIDAD	108
18	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 18	UNIDAD	108
19	ESPARADRAPO 10X4,5 SEM CAPA	UNIDAD	792
20	SCALP INTRAVENOSO Nº19 CX C/50 UND	CAIXA	59
21	SCALP INTRAVENOSO Nº21 CX C/50 UND	CAIXA	79
22	SCALP INTRAVENOSO Nº23 CX C/50 UND	CAIXA	79
23	SONDA FOLEY Nº14 02 VIAS	UNIDAD	118
24	SONDA FOLEY Nº16 02 VIAS	UNIDAD	148
25	SONDA FOLEY Nº18 02 VIAS	UNIDAD	148
26	SONDA FOLEY Nº20 02 VIAS	UNIDAD	610
27	CAT GUT SIMPLES Nº0 CX C/24 UND	CAIXA	08
28	CAT GUT CROMADO Nº2.0 CX C/24 UND	CAIXA	19
29	CAT GUT CROMADO Nº3.0 CX C/24 UND	CAIXA	19
30	CAT GUT SIMPLES Nº4-0 CX C/24 UND	CAIXA	19
31	CONEXÃO P/ABOCAT COM 02 ACESSO(MULTIVIAS)	UNIDAD	1515
32	SERINGA DESCART 10ML S/AG	UNIDAD	16335
33	SERINGA DESCARTAVEL 5ML S/AG	UNIDAD	12870
34	SERINGA DESCARTAVEL 10ML C/AGULHA 25X7	UNIDAD	7920
35	SERINGA DESCARTAVEL 5ML C/AGULHA 25X7	UNIDAD	7920
36	ALMOTOLIA BRANCO 250ML BICO CURVO	UNIDAD	69
37	ALMOTOLIA BRANCO 125ML BICO CURVO	UNIDAD	49
38	SERINGA DESCARTAVEL 1ML C/ AGULHA	UNIDAD	1089
39	SERINGA DESCARTAVEL 20ML S/ AGULHA	UNIDAD	13860
40	SONDA NASOGASTRICA Nº 14 (LONGA)	UNIDAD	128
41	SONDA NASOGASTRICA Nº 16 (LONGA)	UNIDAD	118
42	SONDA NASOGASTRICA Nº 18 (LONGA)	UNIDAD	1535
43	EQUIPO MACROGOTAS SIMPLES	UNIDAD	5940

LOTE 05.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	ALMOTOLIA MAROM BICO LONGO 250ML	UNIDAD	01
02	ABOCAT Nº 14	UNIDAD	05
03	ABOCAT Nº 18	UNIDAD	10
04	ABOCAT Nº 20	UNIDAD	05
05	ABOCAT Nº 22	UNIDAD	13
06	AGULHA DESC 13 X 4.5 CX C/100	CX	05
07	AGULHA DESC 25 X 7.0	CX	02
08	AGULHA DESC 25 X 8.0	CX	02
09	AGULHA DESC 40 X 12	CX	02
10	EXTENSOR DE ABOCAT 2 VIAS	UNIDAD	15
11	SONDA URETRAL Nº 06	UNIDAD	04
12	SONDA URETRAL Nº 08	UNIDAD	02
13	SONDA URETRAL Nº 16	UNIDAD	02
14	SONDA URETRAL Nº 18	UNIDAD	02
15	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 08	UNIDAD	02
16	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 10	UNIDAD	02
17	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 16	UNIDAD	02
18	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 18	UNIDAD	02
19	ESPARADRAPO 10X4,5 SEM CAPA	UNIDAD	08
20	SCALP INTRAVENOSO Nº19 CX C/50 UND	CAIXA	01
21	SCALP INTRAVENOSO Nº21 CX C/50 UND	CAIXA	01

22	SCALP INTRAVENOSO Nº23 CX C/50 UND	CAIXA	01
23	SONDA FOLEY Nº14 02 VIAS	UNIDADE	02
24	SONDA FOLEY Nº16 02 VIAS	UNIDADE	02
25	SONDA FOLEY Nº18 02 VIAS	UNIDADE	02
26	SONDA FOLEY Nº20 02 VIAS	UNIDADE	05
27	CAT GUT SIMPLES Nº0 CX C/24 UND	CAIXA	01
28	CAT GUT CROMADO Nº2.0 CX C/24 UND	CAIXA	01
29	CAT GUT CROMADO Nº3.0 CX C/24 UND	CAIXA	01
30	CAT GUT SIMPLES Nº4-0 CX C/24 UND	CAIXA	01
31	CONEXÃO P/ABOCAT COM 02 ACESSO(MULTIVIAS)	UNIDADE	15
32	SERINGA DESCART 10ML S/AG	UNIDADE	165
33	SERINGA DESCARTAVEL 5ML S/AG	UNIDADE	130
34	SERINGA DESCARTAVEL 10ML C/AGULHA 25X7	UNIDADE	80
35	SERINGA DESCARTAVEL 5ML C/AGULHA 25X7	UNIDADE	80
36	ALMOTOLIA BRANCO 250ML BICO CURVO	UNIDADE	01
37	ALMOTOLIA BRANCO 125ML BICO CURVO	UNIDADE	01
38	SERINGA DESCARTAVEL 1ML C/ AGULHA	UNIDADE	11
39	SERINGA DESCARTAVEL 20ML S/ AGULHA	UNIDADE	140
40	SONDA NASOGASTRICA Nº 14 (LONGA)	UNIDADE	02
41	SONDA NASOGASTRICA Nº 16 (LONGA)	UNIDADE	02
42	SONDA NASOGASTRICA Nº 18 (LONGA)	UNIDADE	15
43	EQUIPO MACROGOTAS SIMPLES	UNIDADE	60

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	ALGODÃO HIDRÓFILO 500G	PACOTE	278
02	BOLSA PARA COLOSTOMIA DESCARTÁVEL SISTEMA FECHADO 60	UNIDADE	128
03	BOLSA PARA COLOSTOMIA DESCARTÁVEL SISTEMA FECHADO 75	UNIDADE	128
04	COMPRESSA DE PANO CIRÚRGICA	UNIDADE	148
05	ESPARADRAPO MICROPOLPO	UNIDADE	248
06	LUVAS DE PROCEDIMENTOS P CX. C/ 50 PARES	CAIXA	694
07	LUVAS DE PROCEDIMENTOS M C/ 50 PARES	CAIXA	792
08	LUVAS DE PROCEDIMENTOS G C/ 50 PARES	CAIXA	148
09	LUVAS P/ SERVIÇOS GERAIS LÁTEX M	PAR	440
10	LUVAS P/ SERVIÇOS GERAIS LÁTEX G	PAR	99
11	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL 7.5	PAR	2178
12	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL 8.0	PAR	1980
13	MASCARA C/ ELÁSTICO DESCARTÁVEL CX. C/ 100	CAIXA	248
14	MASCARA P/ AEROSOL COMPLETA (KIT) ADULTO	UNIDADE	118
15	MASCARA P/ AEROSOL COMPLETA (KIT) INFANTIL	UNIDADE	99
16	MASCARA BICO DE PATO	UNIDADE	148
17	PULSEIRA P/ RECÉM NASCIDO	UNIDADE	29
18	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 150 CM	ROLO	148
19	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20 CM	ROLO	148
20	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 15 CM	ROLO	148
21	FR OU LÁTEX	KIT	79
22	HCG FITA STKIP	KIT	88
23	COMPRESSA DE GASE 500G	PACOTE	29
24	ABS POS PARTO E OPERATORIO C/20 UND	PACOTE	79
25	FRALDA GERIATRICA M	PACOTE	198
26	FRALDA GERIATRICA G.	PACOTE	545
27	FRALDA PEDIATRICA P	PACOTE	148
28	FRALDA PEDIATRICA M	PACOTE	327
29	FRALDA PEDIATRICA G	PACOTE	79
30	FRALDA PEDIATRICA XG	PACOTE	69



31	ABSORVENTE ADULTO G P/INCONTIN URINARIA	PACOTE	148
32	PAPEL CREPADO 50X50	UNIDAD	1485
33	PAPEL CREPADO 70X70	UNIDAD	148
34	GORRO SANFONADO PCT C/100 UND	PACOTE	79
35	AVENTAL DESCARTAVEL SEM MANGAS	UNIDAD	495
36	ATADURA DE CREPON 10CMX4,5 C/11 FIOS	UNIDAD	3465
37	ATADURA DE CREPON 15XCMX4,5 C/11 FIOS	UNIDAD	3545
38	ATADURA DE CREPON 20CMX4,5 C/11 FIOS	UNIDAD	1782
39	COMPRESSA DE GASE 7,5X7,5 PCT C/500 UND C/11 FIOS	PACOTE	623
40	GASE HIDROFILA 91X91 C/13 FIOS	ROLO	1089
41	PAPEL PARA ECG ORIGINAL 80MM	ROLO	49
42	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA PCT COM 100UND	PACOTE	99
43	ABSORVENTE ADULTO G P/ INCONT. URINÁRIA	PACOTE	148

LOTE 06.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	ALGODÃO HIDRÓFILO 500G	PACOTE	02
02	BOLSA PARA COLOSTOMIA DESCARTÁVEL SISTEMA FECHADO 60	UNIDAD	02
03	BOLSA PARA COLOSTOMIA DESCARTÁVEL SISTEMA FECHADO 75	UNIDAD	02
04	COMPRESSA DE PANO CIRÚRGICA	UNIDAD	02
05	ESPARADRAPO MICROPOLO	UNIDAD	02
06	LUVAS DE PROCEDIMENTOS P CX. C/ 50 PARES	CAIXA	06
07	LUVAS DE PROCEDIMENTOS M C/ 50 PARES	CAIXA	08
08	LUVAS DE PROCEDIMENTOS G C/ 50 PARES	CAIXA	02
09	LUVAS P/ SERVIÇOS GERAIS LÁTEX M	PAR	05
10	LUVAS P/ SERVIÇOS GERAIS LÁTEX G	PAR	01
11	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL 7.5	PAR	22
12	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL 8.0	PAR	20
13	MASCARA C/ ELÁSTICO DESCARTÁVEL CX. C/ 100	CAIXA	02
14	MASCARA P/ AEROSOL COMPLETA (KIT) ADULTO	UNIDAD	01
15	MASCARA P/ AEROSOL COMPLETA (KIT) INFANTIL	UNIDAD	02
16	MASCARA BICO DE PATO	UNIDAD	02
17	PULSEIRA P/ RECÉM NASCIDO	UNIDAD	05
18	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 150 CM	ROLO	02
19	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20 CM	ROLO	02
20	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 15 CM	ROLO	02
21	FR OU LÁTEX	KIT	01
22	HCG FITA STKIP	KIT	02
23	COMPRESSA DE GASE 500G	PACOTE	01
24	ABS POS PARTO E OPERATORIO C/20 UND	PACOTE	01
25	FRALDA GERIATRICA M	PACOTE	02
26	FRALDA GERIATRICA G.	PACOTE	05
27	FRALDA PEDIATRICA P	PACOTE	03
28	FRALDA PEDIATRICA M	PACOTE	03
29	FRALDA PEDIATRICA G	PACOTE	02
30	FRALDA PEDIATRICA XG	PACOTE	01
31	ABSORVENTE ADULTO G P/INCONTIN URINARIA	PACOTE	02
32	PAPEL CREPADO 50X50	UNIDAD	15
33	PAPEL CREPADO 70X70	UNIDAD	02
34	GORRO SANFONADO PCT C/100 UND	PACOTE	01
35	AVENTAL DESCARTAVEL SEM MANGAS	UNIDAD	05
36	ATADURA DE CREPON 10CMX4,5 C/11 FIOS	UNIDAD	35
37	ATADURA DE CREPON 15XCMX4,5 C/11 FIOS	UNIDAD	35
38	ATADURA DE CREPON 20CMX4,5 C/11 FIOS	UNIDAD	18

39	COMPRESSA DE GASE 7,5X7,5 PCT C/500 UND C/11 FIOS	PACOTE	07
40	GASE HIDROFILO 91X91 C/13 FIOS	ROLO	11
41	PAPEL PARA ECG ORIGINAL 80MM	ROLO	01
42	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA PCT COM 100UND	PACOTE	01
43	ABSORVENTE ADULTO G P/ INCONT. URINÁRIA	PACOTE	02

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	ACIDO ACÉTICO 5% 1000ML	FRASCO	139
02	ÁLCOOL GEL 70%	FRASCO	444
03	ÉTER SULFÚRICO 1000ML	FRASCO	79
04	GEL P/ ULTRASSOM 5KG	POTE	24
05	UMIDIFICADOR P/ OXIGÊNIO	UNIDAD	69
06	PCR- PROTEÍNA CREATIVA	KIT	19
07	SORO ANTI-A MONOCLONAL	UNIDAD	39
08	SORO ANTI-B MONOCLONAL	UNIDAD	39
09	SORO ANTI-D MONOCLONAL	UNIDAD	39
10	KIT PARA COLORAÇÃO DE HEMATOLOGIA PANÓTICO RÁPIDO	KIT	05
11	KIT PARA COLORAÇÃO DE ZIEHL-NIELSEM	KIT	15
12	KIT PARA COLORAÇÃO DE GRAM	KIT	09
13	LIQUIDO DE TURCK	LITRO	04
14	ÓLEO DE IMERSÃO	FRASCO	09
15	FUCSINA FENICADA ZIEL - NIELSEN 500ML	FRASCO	09
16	HDL - COLESTEROL - 500ML	KIT	19
17	HEMSTAB 20ML	FRASCO	08
18	VDRL PRONTO P/ USO	FRASCO	19
19	FORMOL 1 LITRO	FRASCO	06
20	MAY GRAUNWALD 500ML	FRASCO	19
21	ACIDO URICO PRONTO USO 500ML	KIT	19
22	COLESTEROL TOTAL PRONTO USO 500ML	KIT	39
23	CREATININA PRONTO USO 500ML	KIT	19
24	GLICOSE PAR PRONTO USO 500ML	KIT	39
25	ALCOOL 70%.	LITRO	99
26	AGUA OXIGENADA 10 VOL	LITRO	59
27	ALCOOL 70% COMERCIAL 1000ML	LITRO	644
28	ALCOOL ABSOLUTO 1000ML	LITRO	198
29	POVIDINI TOPICO 1000ML	LITRO	337
30	POVIDINI DEGERMANTE 1000ML	LITRO	139
31	UREIA CE PRONTO USO 500ML	KIT	19
32	COLESTEROL LDL DIRETO	KIT	19
33	ANTICOAGULANTE UNIVERSAL C/250ML	UNIDAD	14
34	ALCOOL ACIDO 3% 1000ML	LITRO	05
35	AZUL DE METILENO 500ML	FRASCO	05
36	SORO ASO	KIT	79
37	TRIGLICERIDEOS PRONTO USO 500ML	KIT	19
38	ROTA-VIRUS 2,5ML	KIT	03
39	ÁGUA DEIONIZADA LITRO	LITRO	39
40	ÁCIDO TRICLORACÉTICO 80% FRASCO DE 500ML	FRASCO	04
41	TGO PRONTO PARA USO 500ML	KIT	19
42	TGP PARA USO 500ML	KIT	19
43	TESTE RÁPIDO TROPONINA	KIT	11

LOTE 07.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
------	-----------	---------	------------

Av. Cel. João Paracampos, Nº 1410 – Alto do Cruzeiro. CNPJ: 63.386.627/0001-42 - CGF: 06.920.507-8

E-mail: licitacaochoro@gmail.com; Site: www.choro.gov.br



01	ACIDO ACÉTICO 5% 1000ML	FRASCO	01
02	ÁLCOOL GEL 70%	FRASCO	06
03	ÉTER SULFÚRICO 1000ML	FRASCO	01
04	GEL P/ ULTRASSOM 5KG	POTE	01
05	UMIDIFICADOR P/ OXIGÊNIO	UNIDAD	01
06	PCR- PROTEÍNA C REATIVA	KIT	01
07	SORO ANTI-A MONOCLONAL	UNIDAD	01
08	SORO ANTI-B MONOCLONAL	UNIDAD	01
09	SORO ANTI-D MONOCLONAL	UNIDAD	01
10	KIT PARA COLORAÇÃO DE HEMATOLOGIA PANÓTICO RÁPIDO	KIT	01
11	KIT PARA COLORAÇÃO DE ZIEHL-NIELSEM	KIT	01
12	KIT PARA COLORAÇÃO DE GRAM	KIT	01
13	LIQUIDO DE TURCK	LITRO	01
14	ÓLEO DE IMERSÃO	FRASCO	01
15	FUCSINA FENICADA ZIEL - NIELSEN 500ML	FRASCO	01
16	HDL - COLESTEROL	KIT	01
17	HEMSTAB 20ML	FRASCO	01
18	VDRL PRONTO P/ USO	FRASCO	01
19	FORMOL 1 LITRO	FRASCO	01
20	MAY GRAUNWALD 500ML	FRASCO	01
21	ACIDO URICO PRONTO USO 500ML	KIT	01
22	COLESTEROL TOTAL PRONTO USO 500ML	KIT	01
23	CREATININA PRONTO USO 500ML	KIT	01
24	GLICOSE PAR PRONTO USO 500ML	KIT	01
25	ALCOOL 70%.	LITRO	01
26	AGUA OXIGENADA 10 VOL	LITRO	01
27	ALCOOL 70% COMERCIAL 1000ML	LITRO	06
28	ALCOOL ABSOLUTO 1000ML	LITRO	03
29	POVIDINI TOPICO 1000ML	LITRO	02
30	POVIDINI DEGERMANTE 1000ML	LITRO	01
31	UREIA CE PRONTO USO 500ML	KIT	01
32	COLESTEROL LDL DIRETO	KIT	01
33	ANTICOAGULANTE UNIVERSAL C/250ML	UNIDAD	01
34	ALCOOL ACIDO 3% 1000ML	LITRO	01
35	AZUL DE METILENO 500ML	FRASCO	01
36	SORO ASO	KIT	01
37	TRIGLICERIDEOS PRONTO USO 500ML	KIT	01
38	ROTA-VIRUS 2,5ML	KIT	01
39	ÁGUA DEIONIZADA LITRO	LITRO	01
40	ÁCIDO TRICLORACÉTICO 80% FRASCO DE 500ML	FRASCO	01
41	TGO PRONTO PARA USO 500ML	KIT	19
42	TGP PARA USO 500ML	KIT	19
43	TESTE RÁPIDO TROPONINA	KIT	11

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	TUBOS PARA MICRO-HEMATÓCRITO C/500	TUBO	09
02	PIPETA AUTOMÁTICA 10 µL	UNIDAD	01
03	PIPETA AUTOMÁTICA 20 µL	UNIDAD	01
04	PIPETA AUTOMÁTICA 50 µL	UNIDAD	01
05	PIPETA AUTOMÁTICA 250µL	UNIDAD	01
06	PONTEIRAS AMARELAS PARA PIPETAS AUTOMÁTICAS DE 5 A 200 µL C/250	PACOTE	09
07	PÊRA 3 VIAS PARA PIPETAGEM	UNIDAD	08
08	TUBOS DE HEMÓLISE DE VIDRO	UNIDAD	4497
09	PONTEIRAS AZUL PARA PIPETAS AUTOMÁTICAS ACIMA DE 250 µL C/250	PACOTE	09

10	ESTANTE PARA TUBOS DE ENSAIO C/24 ESPAÇOS	UNIDAD	01
11	ESTANTE PARA TUBOS DE ENSAIO C/35 ESPAÇOS	UNIDAD	04
12	TUBO DE ENSAIO 12CM	UNIDAD	495
13	TUBO DE ENSAIO 8CM 12 X 75	UNIDAD	1584
14	PONTEIRA DESC. PCT C/ 50	PACOTE	13
15	LAMINA DE BISTURI Nº15 CX C/100 UND	CAIXA	27
16	LAMINA DE BISTURI Nº20 CX C/100 UND	CAIXA	31
17	LAMINA DE BISTURI Nº22 CX C/100 UND	CAIXA	49
18	LAMINA PONTA FOSCA CX C/100 UND	CAIXA	19
19	LAMINULAS 22X22 CX C/500 UND	CAIXA	39
20	TUBO P/HEMOLISE C/CITRATO CX C/100 UND	CAIXA	39
21	TUBO P/HEMOLISE C/EDTA CX C/100 UND	CAIXA	49
22	TUBO P/ HEMOLISE C/ FLUORETO CX C/100 UND	CAIXA	79
23	TUBO PORTA LAMINA	UNIDAD	2970
24	TUBO DE LATEX Nº200 PCT C/15 METROS	PACOTE	14
25	LATEX GROSSO Nº204 P/OXIGENIO PCT C/15 METROS	PACOTE	24
26	FITA PARA AUTOCLAVE 19X30CM	ROLO	99
27	FITA ADESIVA HOSPITALAR 19X50CM	ROLO	268
28	TUBOS CONICOS GRADUADOS 15ML EM POLIETILENO 12ML	UNIDAD	89
29	TUBO CAPILAR C/500	CAIXA	29
30	LÂMINA PARA CÂMARA DE NEWBAUER	CAIXA	09
31	LÂMINA P/ MICROSCOPIA PONTA FOSCA CX C/ 50 UNID	CAIXA	198
32	PINÇA DE CHERON DESCARTAVEL	UNIDAD	3465
33	ESCOVA CERVICAL NÃO ESTÉRIL	UNIDAD	1782
34	ESCOVA CERVICAL ESTÉRIL	UNIDAD	3465
35	ESPÁTULA DE AYRES EM MADEIRA	PACOTE	79
36	TUBETES P/ COLETAR EXAME CITOLÓGICO CERVICAL C/ TAMPA	UNIDAD	1980
37	FITAS REAGENTES PARA URINÁLISE	KIT	19
38	TUBO COM GEL SEPARADOR – TAMPA AMARELA	UNIDADE	5940
39	TUBO COM EDTA – TAMPA ROXA	UNIDADE	9900
40	PONTEIRA AMARELA	UNIDADE	9900
41	PONTEIRA AZUL	UNIDADE	4950

LOTE 08.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	TUBOS PARA MICRO-HEMATÓCRITO C/500	TUBO	01
02	PONTEIRAS AMARELAS PARA PIPETAS AUTOMÁTICAS DE 5 A 200 µL C/250	PACOTE	01
03	PÊRA 3 VIAS PARA PIPETAGEM	UNIDAD	01
04	TUBOS DE HEMÓLISE DE VIDRO	UNIDAD	03
05	PONTEIRAS AZUL PARA PIPETAS AUTOMÁTICAS ACIMA DE 250 µL C/250	PACOTE	01
06	ESTANTE PARA TUBOS DE ENSAIO C/24 ESPAÇOS	UNIDAD	01
07	ESTANTE PARA TUBOS DE ENSAIO C/35 ESPAÇOS	UNIDAD	01
08	TUBO DE ENSAIO 12CM	UNIDAD	10
09	TUBO DE ENSAIO 8CM 12 X 75	UNIDAD	16
10	PONTEIRA DESC. PCT C/ 50	PACOTE	01
11	LAMINA DE BISTURI Nº15 CX C/100 UND	CAIXA	01
12	LAMINA DE BISTURI Nº20 CX C/100 UND	CAIXA	01
13	LAMINA DE BISTURI Nº22 CX C/100 UND	CAIXA	01
14	LAMINA PONTA FOSCA CX C/100 UND	CAIXA	01
15	LAMINULAS 22X22 CX C/500 UND	CAIXA	01
16	TUBO P/HEMOLISE C/CITRATO CX C/100 UND	CAIXA	01
17	TUBO P/HEMOLISE C/EDTA CX C/100 UND	CAIXA	01
18	TUBO P/ HEMOLISE C/ FLUORETO CX C/100 UND	CAIXA	01
19	TUBO PORTA LAMINA	UNIDAD	30
20	TUBO DE LATEX Nº200 PCT C/15 METROS	PACOTE	01

21	LATEX GROSSO Nº204 P/OXIGENIO PCT C/15 METROS	PACOTE	01
22	FITA PARA AUTOCLAVE 19X30CM	ROLO	01
23	FITA ADESIVA HOSPITALAR 19X50CM	ROLO	02
24	TUBOS CONICOS GRADUADOS 15ML EM POLIETILENO 12ML	UNIDADE	02
25	TUBO CAPILAR C/500	CAIXA	01
26	LÂMINA PARA CÂMARA DE NEWBAUER	CAIXA	01
27	LÂMINA P/ MICROSCOPIA PONTA FOSCA CX C/ 50 UNID	CAIXA	01
28	PINÇA DE CHERON DESCARTAVEL	UNIDADE	15
29	ESCOVA CERVICAL NÃO ESTÉRIL	UNIDADE	18
30	ESCOVA CERVICAL ESTÉRIL	UNIDADE	35
31	ESPÁTULA DE AYRES EM MADEIRA	PACOTE	01
32	TUBETES P/ COLETAR EXAME CITOLÓGICO CERVICAL C/ TAMPA	UNIDADE	20
33	FITAS REAGENTES PARA URINÁLISE	KIT	01
34	TUBO COM GEL SEPARADOR – TAMPA AMARELA	UNIDADE	60
35	TUBO COM EDTA – TAMPA ROXA	UNIDADE	100
36	PONTEIRA AMARELA	UNIDADE	100
36	PONTEIRA AZUL	UNIDADE	50

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	COLAR CERVICAL ADULTO	UNIDADE	39
02	COLAR CERVICAL INFANTIL	UNIDADE	39
03	TERMÔMETRO CLINICA PRISMÁTICO	UNIDADE	218
04	FIO DE NYLON Nº2-0 CX C/24 UND	CAIXA	49
05	FIO DE NYLON Nº3-0 CX C/24 UND	CAIXA	49
06	FIO DE NYLON Nº4-0 CX C/24 UND	CAIXA	69
07	FIO DE NYLON Nº6-0 CX C/24 UND	CAIXA	49
08	COLETOR UNIVERSAL P/EXAME 80ML TRANSPARENTE	UNIDADE	3960
09	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	UNIDADE	1188
10	COLETOR DE URINA TIPO SACO	UNIDADE	1188
11	CLAMP UMBILICAL P/RECEM NASCIDO	UNIDADE	149
12	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAMANHO M	UNIDADE	2030
13	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAMANHO P	UNIDADE	20179
14	ESPECULO VAGINAL DEECARTAVEL TAMANHO G	UNIDADE	1188
15	CATER TER TIPO OCULOS	UNIDADE	990

LOTE 09.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	COLAR CERVICAL ADULTO	UNIDADE	01
02	COLAR CERVICAL INFANTIL	UNIDADE	01
03	TERMÔMETRO CLINICA PRISMÁTICO	UNIDADE	02
04	FIO DE NYLON Nº2-0 CX C/24 UND	CAIXA	01
05	FIO DE NYLON Nº3-0 CX C/24 UND	CAIXA	01
06	FIO DE NYLON Nº4-0 CX C/24 UND	CAIXA	01
07	FIO DE NYLON Nº6-0 CX C/24 UND	CAIXA	01
08	COLETOR UNIVERSAL P/EXAME 80ML TRANSPARENTE	UNIDADE	40
09	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	UNIDADE	12
10	COLETOR DE URINA TIPO SACO	UNIDADE	12
11	CLAMP UMBILICAL P/RECEM NASCIDO	UNIDADE	01
12	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAMANHO M	UNIDADE	20
13	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAMANHO P	UNIDADE	21
14	ESPECULO VAGINAL DEECARTAVEL TAMANHO G	UNIDADE	12
15	CATER TER TIPO OCULOS	UNIDADE	10

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	MASSA PARA VEDAR TUBOS	CAIXA	03
02	SABÃO ANTISEPTICO C/TRICLOSAN	FRASCO	248
03	DESCARTEX 7LT COLETOR MATERIAL PERFURO CORTANTE	UNIDAD	495
04	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA	LITRO	89
05	LUGOL 5% 1000ML	FRASCO	79

LOTE 10.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	MASSA PARA VEDAR TUBOS	CAIXA	01
02	SABÃO ANTISEPTICO C/TRICLOSAN	FRASCO	02
03	DESCARTEX 7LT COLETOR MATERIAL PERFURO CORTANTE	UNIDAD	05
04	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA	LITRO	01
05	LUGOL 5% 1000ML	FRASCO	01

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	PLACA DE KLINE	UNIDAD	03
02	URIQUEST P/ URANÁLISE C/100	TUBO	24
03	ESTETOSCOPIO CLINICO COM BASE EM AÇO INOX ADULTO	UNIDAD	49
04	ESFIGNOMANOMETRO ANEROIDE COM BRAÇADEIRA DE NAYLON COM VELCRO INFANTIL	UNIDAD	19
05	ESFIGNOMANOMETRO ANEROIDE COM BRAÇADEIRA DE NAYLON COM VELCRO ADULTO	UNIDAD	89
06	ÓCULO DE PROTEÇÃO EM ACRILICO (EPI)	UNIDAD	99
07	TERMOMETRO MAX E MIN PARA GELADEIRA DIGITAL	UNIDAD	29
08	TERMÔMETRO P/ VACINA TIPO LINEAR	UNIDAD	09
09	RELÓGIO MULTI-MARCADOR DE TEMPO PARA EXAMES DE LABORATÓRIO	UNIDADE	02

LOTE 11.01 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	PLACA DE KLINE	UNIDAD	01
02	URIQUEST P/ URANÁLISE C/100	TUBO	01
03	ESTETOSCOPIO CLINICO COM BASE EM AÇO INOX ADULTO	UNIDAD	01
04	ESFIGNOMANOMETRO ANEROIDE COM BRAÇADEIRA DE NAYLON COM VELCRO INFANTIL	UNIDAD	01
05	ESFIGNOMANOMETRO ANEROIDE COM BRAÇADEIRA DE NAYLON COM VELCRO ADULTO	UNIDAD	01
06	ÓCULO DE PROTEÇÃO EM ACRILICO (EPI)	UNIDAD	01
07	TERMOMETRO MAX E MIN PARA GELADEIRA DIGITAL	UNIDAD	01
08	TERMÔMETRO P/ VACINA TIPO LINEAR	UNIDAD	01
09	RELÓGIO MULTI-MARCADOR DE TEMPO PARA EXAMES DE LABORATÓRIO	UNIDADE	01

3. REFERENCIAL DOS PREÇOS

3.1. Os preços de referência foram estimados com base nas cotações realizadas pelo Setor de Cotação de Preços do Município de Choró/CE, constando nos autos do processo.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO OBJETO

4.1. A presente licitação justifica-se na necessidade da Secretaria de Saúde do Município de Choró/CE, tendo em vista o funcionamento das unidades básicas de saúde e Hospital Maternidade Padre José Bezerra Filho.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS



- 5.1. A proposta de preços deverá ser elaborada em 01 (uma) via em papel timbrado ou com carimbo do interessado, manuscrita em letra de forma em tinta não lavável ou confeccionada por máquina, impresso por computador ou qualquer processo eletrônico, datada e assinada (sobre o carimbo ou equivalente) pelo titular ou preposto, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.
- 5.2. A proposta de preços deverá ser apresentada seguindo o modelo padronizado no anexo do edital, contendo:
- 5.2.1. A modalidade e o número da licitação;
- 5.2.2. Endereçamento à Pregoeira do Município de Choró/CE;
- 5.2.3. Razão social, CNPJ, endereço, inscrição estadual ou municipal do proponente, conforme o caso, e se houver, número do telefone/fax, e endereço eletrônico;
- 5.2.4. Prazo de entrega máximo de 15 (quinze) dias;
- 5.2.5. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
- 5.2.6. Os itens cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital, com a respectiva marca, bem como valor global da proposta de preços por extenso.
- 5.2.6.1. Serão automaticamente desclassificados os itens das propostas de preços que não especificarem a marca dos produtos/materiais/equipamentos cotados, bem como cotar marcas inexistentes no mercado.
- 5.2.7. Os valores unitários e totais em algarismos de cada item cotado, e conforme o caso, o valor global do lote e/ou da proposta em algarismos e por extenso.
- 5.2.8. Quantidade ofertada por item/lote, observando o disposto neste termo de referência;
- 5.2.9. Declaração da licitante que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado;

ORIENTAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ESCRITAS

- 5.3. Os preços constantes da proposta de preços do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.
- 5.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 5.5. Se tratando de julgamento por menor preço por item, ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros. Se a licitação for por menor preço por lote, somatório ou a multiplicação errada que influenciar no valor total do lote implicará na desclassificação da licitante no referido lote.
- 5.6. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.
- 5.6.1. A proposta de preços deve contemplar todos os itens/lotes em sua integralidade.
- 5.7. A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos bens e as condições de participação, competição, julgamento e formalização de contrato, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente a Lei Nº. 10.520/02 e Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.
- 5.8. Na análise das propostas de preços à Pregoeira observará preferencialmente o preço unitário, facultando-lhe, porém, segundo critério de conveniência e oportunidade observar o preço total.
- 5.9. Será desclassificada a proposta de preços apresentada em desconformidade com este item.
- 5.10. Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope "A" não sendo admitido o recebimento pela Pregoeira, de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues à Pregoeira.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1. Os interessados não cadastrados no Município de Choró/CE, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos



documentos abaixo relacionados, os quais serão analisados pela Pregoeira quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

6.2. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.2.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa firma individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

6.2.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E TODOS OS SEUS ADITIVOS E/OU ÚLTIMO ADITIVO CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

6.2.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

6.2.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.3. Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

6.3.4. Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

6.3.5. Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante (Geral ou ISS);

6.3.6. Prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS);

6.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A das Consolidações das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata/recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.4.2. Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor correspondente efetivamente arrematado pelo licitante, podendo a comprovação ser feita através da apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante ou outro documento legal.

6.5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.5.1. Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação e firma reconhecida do assinante, comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades compatível com o objeto da licitação.

6.6. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.6.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos anexos do edital;



6.6.2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos anexos do edital (art. 32, §2º, da Lei Nº. 8.666/93).

ORIENTAÇÃO SOBRE A FASE DE HABILITAÇÃO

6.7. No caso de licitantes devidamente cadastrados no Município de Choró/CE, a documentação mencionada nos subitens 6.2 a 6.4 poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Município de Choró/CE (assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes), acompanhado dos documentos tratados nos subitens 6.5 e 6.6, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pela Pregoeira.

6.7.1. A documentação constante do Cadastro de Fornecedores do Município de Choró/CE deverá também encontrar-se dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste Termo de Referência.

6.8. Para a habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.

6.9. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata/recuperação judicial, caso exigidas neste Termo de Referência, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para o recebimento dos envelopes.

6.10. A documentação constante dos envelopes de habilitação que forem abertos integrará os autos do processo licitatório e não será devolvida.

6.10.1. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declarados classificados ao final da fase de competição poderão ser retirados por seus representantes na própria sessão. Os documentos não retirados permanecerão em poder da Pregoeira, devidamente lacrados, durante 30 (trinta) minutos à disposição dos respectivos licitantes. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

6.11. Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste Termo de Referência referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdos e forma.

7. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

7.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir da licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à Secretaria Municipal de Saúde.

8.1. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As obrigações decorrentes da licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ata de registro de preços, subscrita pelo Município de Choró/CE, através da Secretaria de Saúde, e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos do Decreto Municipal Nº. 03/2017, da Lei Nº. 8.666/93, da Lei Nº. 10.520/02, do edital e demais normas pertinentes, bem como da Lei 123/2006 e 147/2014 e suas alterações e Acórdão nº 2957/2011, TC 017.752/2011-6 de 09/11/2011.

8.1.1. O modelo da ata de registro de preços a ser celebrada, integrará o edital do pregão.

8.1.2. Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na ata de registro de preços.

8.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Choró/CE convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integrará o Edital.

8.2.1. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando



solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Choró/CE.

8.2.2. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, sujeitará a licitante a perda do direito ao registro do(s) preço(s) e à aplicação das penalidades previstas no edital e na legislação pertinente.

8.2.3. Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à Administração Municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação prevista na planilha de custos dos autos do processo.

8.2.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666/93.

8.3. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato da ata de registro de preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais.

8.4. A ata de registro de preços só poderá ser alterada em conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº. 03/2017.

8.5. A ata de registro de preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorá pelo prazo de **12 (DOZE) MESES**, improrrogáveis.

8.6. A ata de registro de preços não obriga o Município de Choró/CE a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

8.7. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município de Choró/CE optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a ata de registro de preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

8.8. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no quadro de avisos do Município de Choró/CE e ficarão à disposição durante a vigência da ata de registro de preços.

8.9. O Município de Choró/CE monitorará os preços dos produtos/materiais/equipamentos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

8.9.1. O Município de Choró/CE convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

8.10. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

8.11. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

8.12. Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município de Choró/CE para determinado item.

8.13. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município de Choró/CE poderá convocar os demais fornecedores classificados para formalizarem o registro de seus preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.



8.14. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

8.14.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9. DA ENTREGA DOS BENS LICITADOS

9.1. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos/materiais/equipamentos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicará os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante.

9.1.1. A ordem de compra emitida conterá os produtos/materiais/equipamentos pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao contratado no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro de fornecedores ou do próprio contrato.

9.1.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra, o fornecedor deverá fazer a entrega dos produtos/materiais/equipamentos no local, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.

9.1.3. O aceite dos produtos/materiais/equipamentos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo do edital quanto aos produtos/materiais/equipamentos entregues.

9.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os produtos/materiais/equipamentos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Ordem de Compra pela administração, no local definido pela contratante.

9.2.1. Para os produtos/materiais/equipamentos objeto deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do Município de Choró/CE.

9.2.1.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junta a contratante.

9.2.2. No caso de constatação da inadequação dos produtos/materiais/equipamentos fornecidos às normas e exigências especificadas no edital e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

9.2.3. As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissiva legal e conveniência atestado pelo Município de Choró/CE.

9.3. Os produtos/materiais/equipamentos licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no termo de referência, nos anexos do edital e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;



c) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) A entrega dos produtos/materiais/equipamentos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços dos órgãos solicitantes.

10. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento dos bens licitados, inclusive a margem de lucro.

10.2. PAGAMENTO: O pagamento será feito na proporção da entrega dos produtos/materiais/equipamentos solicitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

10.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada no subitem 10.2, observadas as disposições editalícias, através de crédito na conta bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

10.3. REAJUSTE: Os valores contratados não serão reajustados antes de decorrido o período de 12 (doze) meses.

10.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

11. DAS SANÇÕES

11.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do fornecimento, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Choró/CE e será descredenciado no Cadastro do Município de Choró/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) Recusar em celebrar o termo de contrato quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta ou lance;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou do contrato, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da entrega dos bens;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;



11.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei Nº. 10.520/02, as seguintes penas:

a) Advertência;

b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo do contrato, conforme o caso;

11.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

11.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

11.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

11.4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

11.4.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Choró/CE e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Choró/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.4.2. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído, pela Pregoeira à Procuradoria Geral do Município para apuração. Nos casos ligados a fase posterior a adjudicação serão comunicados pela autoridade gestora competente à Procuradoria.

12. DA FISCALIZAÇÃO E GERÊNCIA DO CONTRATO

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado(a), pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Nº. 8.666/93, doravante denominado(a) GERENTE DE CONTRATO.

12.1.1. O gerente de contrato ora nominado poderá ser alterado a qualquer momento, justificadamente, caso haja necessidade por parte da(s) contratante(s).

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este termo de referência, visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto nos incisos I, II e III do art. 3º da Lei Nº. 10.520/02.

13.2. Reproduza-se fielmente este termo de referência na minuta do edital e edital.



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2019–SRP
A PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ Nº.:
INSCRIÇÃO ESTADUAL OU MUNICIPAL:
ENDEREÇO:
FONE/FAX:
BANCO:
AGÊNCIA Nº.:
CONTA CORRENTE Nº.:

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL E MATERNIDADE PE. JOSÉ BEZERRA FILHO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE.	MARCA	VR. UNITÁRIO R\$	VR. TOTAL R\$
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE R\$						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$___ (POR EXTENSO)

Prazo de entrega máximo: 15 (quinze) dias

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação e transporte do objeto licitado.

<<<DATA>>>

CARIMBO DA EMPRESA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS.: AO ELABORAR SUA PROPOSTA DE PREÇOS, O LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR FIELMENTE O PRESCRITO NO ITEM "5" DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

[Handwritten signature]

PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP

ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

Item 1. Modelo de Declaração (Documento exigido no Credenciamento)

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova em processo licitatório, junto ao Município de Choró/CE, o seguinte:

1. Que dá ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório;
2. Que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do edital e dos produtos/materiais/equipamentos a serem ofertados no presente certame licitatório; e
3. Que sua proposta de preços atende integralmente aos requisitos constantes no edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

<<<DATA>>>

<<<DECLARANTE>>>



Item 2. Modelo de Procuração (Documento exigido no Credenciamento)

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: <<<NOME DA EMPRESA, CNPJ Nº. e ENDEREÇO>>> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr. <<<NOME>>>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

OUTORGADO: <<<NOME DO CREDENCIADO>>> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

PODERES: O OUTORGANTE confere ao OUTORGADO pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao Município de Choró/CE, na sessão de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP**, podendo o mesmo, assinar propostas de preços, atas, contratos, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da OUTORGANTE que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

<<<DATA>>>

<<<OUTORGANTE>>>



Item 3. Modelo de Declaração (Documento exigido na Habilitação)

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

- a)** Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Choró/CE, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- b)** Que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei Nº. 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

<<<DATA>>>

<<<DECLARANTE>>>



Item 4. Modelo de Declaração (Documento exigido no Credenciamento)

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 147/2014, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Choró/CE, ser MICRO EMPRESA-ME E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

<<<DATA>>>

<<<DECLARANTE>>>



PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____
PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, o **Município de Choró/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. _____, com sede na Av. João Paracampos, nº 1410, Alto do Cruzeiro, Choró-CE, Ceará, através da Secretaria Municipal de _____, neste ato representado pelo respectivo, Sr _____, Secretário Municipal de _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2019-PP**, com a homologação datada de _____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) signatária(s), conforme relação constante no anexo II desta ata registro de preços, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP**, sujeitando-se as partes às normas constantes do Decreto Municipal Nº. 03/2017, da Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Nº. 10.520/02.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente ata de registro de preços a **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE _____**, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante do anexo I do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP**, no qual restaram classificados em primeiro lugar os licitantes signatários nominados no anexo II desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços terá validade de **12 (DOZE)** meses, contados a partir de sua assinatura, improrrogáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de _____, no seu aspecto operacional.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Os preços registrados, a especificação dos produtos/materiais/equipamentos, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representantes legais, encontram-se elencados nos anexos II e III da presente ata de registro de preços, em ordem de classificação das propostas de preços por item/lote.

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

6.1. Os produtos/materiais/equipamentos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de ____ (____) dias, a contar do recebimento da ordem de compra/fornecimento pela local indicado pela Secretaria Municipal de _____.



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 7.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no instrumento convocatório, nesta ata e seus anexos, e na legislação pertinente.
- 7.2. As contratações dos produtos/materiais/equipamentos registrados neste instrumento serão efetuadas através de ordem de compra, emitida pela Administração Municipal, contendo: o número da ata de registro de preços, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da CONTRATADA, o endereço e a data de entrega.
- 7.3. Poderão também ser firmados termos de contratos decorrentes desta ata de registro de preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.
- 7.4. Este instrumento não obriga o Município de Choró/CE a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 7.5. A ordem de compra será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Município de Choró/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- 7.6. Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a ordem de compra, sem prejuízo das respectivas sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 8.1. O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitados os bens pelo Município de Choró/CE, na proporção da entrega dos bens licitados, segundo as autorizações de fornecimento/ordens de compra expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais, todas atualizadas, observadas as condições da proposta e os preços devidamente registrados.
- 8.2. Por ocasião da entrega dos produtos/materiais/equipamentos a CONTRATADA deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva nota fiscal. A fatura e nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Choró/CE.
- 8.2.1. Todas as informações necessárias à emissão da fatura/nota fiscal deverão ser requeridas junto ao Município de Choró/CE – Secretaria Municipal de _____.
- 8.3. O Município de Choró/CE efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação tratada nos subitens anteriores, observadas as disposições editalícias e desta ata.
- 8.3.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 8.3.2. Para cada ordem de compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.
- 8.3.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “on-line” às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.
- 8.3.4. Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, o fornecedor será comunicado por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Município de Choró/CE, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.3.5. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.



8.4. REAJUSTE: Os valores constantes da Ata de Registro de Preços são irreatáveis

8.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de compra, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

8.5.1. Os preços registrados que sofrerem reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta de preços e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.5.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Choró/CE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

8.5.3. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Choró/CE convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

8.5.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de Cotação de Preços do Município de Choró/CE, responsável pela elaboração e emissão da referida planilha, assim também, dirimidas as eventuais dúvidas que possam surgir.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. São obrigações do fornecedor:

a) Entregar os produtos/materiais/equipamentos licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Choró/CE, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, nesta ata de registro de preços e no termo de referência, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida.

b) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento.

c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Choró/CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

e) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATADA deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

f) Entregar os produtos/materiais/equipamentos de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município de Choró/CE.

g) Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/materiais/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste



instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto solicitado.

h) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Choró/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

i) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Choró/CE, no tocante ao fornecimento dos produtos/materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ata de registro de preços.

j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

l) Comunicar imediatamente ao Município de Choró/CE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

m) Possibilitar ao Município de Choró/CE efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual.

n) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o Município de Choró/CE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os produtos/materiais/equipamentos recusado pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no edital ou na sua proposta de preços.

o) Providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus para o Município de Choró/CE, a correção ou substituição, dos produtos/materiais/equipamentos que apresentem defeito de fabricação.

p) A empresa vencedora deverá fazer ajustes nas peças, a pedido da administração quando houver necessário.

q) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos produtos/materiais/equipamentos do Município de Choró/CE, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata.

r) Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos/materiais/equipamentos até o (s) local (is) de entrega.

s) manter, durante a vigência desta ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste.

9.2. São responsabilidades do fornecedor ainda:

a) Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de Choró/CE de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

b) Toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao Município de Choró/CE por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do fornecimento, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Município de Choró/CE, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

9.2.1. O fornecedor detentor do registro autoriza o Município de Choró/CE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do Município de Choró/CE não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

9.3. Todo o produto/material/equipamento deverá ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de produto/material/equipamento reutilizado ou recondicionado;



9.4. A falta de quaisquer dos produtos/materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. O MUNICÍPIO DE Choró/CE obriga-se a:

- a) Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.
- b) Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata de registro de preços.
- d) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA ONZE – DA ALTERAÇÃO DA ATA

11.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei Nº. 8.666/93 e as disposições do Decreto Municipal Nº. 03/2017.

CLÁUSULA DOZE – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

12.2. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.3. Caberá ao beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos serviços decorrentes da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

12.4. As contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA TREZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

13.1.1 Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público; ou

II – a pedido do fornecedor.

13.1.2. Pelo Município de Choró/CE:

- a) Quando a empresa detentora do preço registrado descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Quando a empresa detentora do preço registrado não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Quando a empresa detentora do preço registrado não assinar a ordem de compra ou contrato no prazo estabelecido;



- d) Quando a empresa detentora do preço registrado não aceitar reduzir o seu preço, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) Quando a empresa detentora do preço registrado sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- f) Quando a empresa detentora do preço registrado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Nº. 8.666/93;

13.1.3. Pela EMPRESA DETENTORA DO PREÇO REGISTRADO:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Nº. 8.666/93.

13.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei Nº. 8.666/93.

13.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ata de registro de preços.

13.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na afixação do DOM do Município de Choró/CE ou em jornal de circulação local, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Choró/CE, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

13.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de ordem de compra já emitida.

13.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

13.7. Caso o Município de Choró/CE não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ata de registro de preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS PENALIDADES

14.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

14.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Choró/CE e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de Choró/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do registro de preços:

- a) Apresentar documentação falsa exigida;
- b) Não manter a proposta de preços;
- c) Fraudar na execução da ata de registro de preços;
- d) Comportar-se de modo inidôneo.

14.1.2. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro ou da ata de registro de preços, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias.

14.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado.



14.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na ata de registro de preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei Nº. 10.520/02, as seguintes penas:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

14.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

14.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

14.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

14.5. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ata.

CLÁUSULA QUINZE – DOS ILÍCITOS PENAIS

15.1. As infrações penais tipificadas na Lei Nº. 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no respectivo orçamento municipal vigente, em favor da Secretaria Municipal de Saúde, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de fornecimento.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de registro de preços.

17.1.2. Integram esta ata de registro de preços, os seus anexos, o edital de pregão que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas por lote.

17.1.3. É vedado caucionar ou utilizar a presente ata de registro de preços ou o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Choró/CE.

17.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

17.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao Município de Choró/CE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta ata de registro de preços ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

17.4. A CONTRATADA, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.



CLÁUSULA DEZOITO – DO FORO

18.1. O foro da Comarca de Choró/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

<<<DATA>>>

MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE
CNPJ Nº. _____
SECRETARIA MUNICIPAL DE _____

<<<RAZÃO SOCIAL>>>

<<<CNPJ Nº.>>>

<<<REPRESENTANTE>>>

<<<CPF Nº.>>>

TESTEMUNHAS

1. _____ CPF Nº. _____

2. _____ CPF Nº. _____



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____

ANEXO I – UNIDADE GESTORA INTERESSADA

ÓRGÃO GERENCIADOR

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE _____

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE _____ : _____



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____

ANEXO II – RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS

1. RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ Nº.: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____
REPRESENTANTE: _____
RG Nº.: _____
CPF Nº.: _____



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____

ANEXO III – REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS, ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/MATERIAIS/EQUIPAMENTOS,
QUANTITATIVOS, MARCAS E EMPRESAS FORNECEDORAS

Este documento é parte integrante da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____, celebrada entre o Município de Choró/CE, através da Secretaria Municipal de Saúde e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por lote.

Razão Social: _____

CNPJ Nº: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE.	MARCA	VR. UNITÁRIO R\$	VR. TOTAL R\$



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____

ANEXO IV – RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COMPONENTES DO CADASTRO DE RESERVA

Conforme edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP e o inciso II do art. 10 do Decreto Municipal Nº. 03/2017, segue abaixo relação nominal dos fornecedores componentes do cadastro de reserva da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____.

1. RAZÃO SOCIAL: ____
CNPJ Nº.: ____
ENDEREÇO: ____
TELEFONE: ____
REPRESENTANTE: ____
RG Nº.: ____
CPF Nº.: ____

PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP



ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PREÂMBULO

O Município de Choró/CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. _____, com sede na Av. João Paracampos, nº 1410, Alto do Cruzeiro, Choró-CE, através da Secretaria Municipal de _____, neste ato representado pelo respectivo, Sr. _____, Secretário Municipal de _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada à _____, inscrita no CNPJ Nº. _____, por seu representante legal, Sr. _____, CPF Nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. Nº 031/2019-PP**, Ata de Registro de Preços nº _____ em conformidade com a Lei Nº. 8.666/93, Lei 123/2006, Lei 147/2014 e suas alterações c/c os termos da Lei Nº. 10.520/02.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a **AQUISIÇÃO DE** _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE.	MARCA	VR. UNITÁRIO R\$	VR. TOTAL R\$
VALOR GLOBAL R\$						

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. O presente contrato tem o valor global de R\$ ____ (____), a ser pago na proporção da entrega dos bens, segundo as autorizações de fornecimento/ordens de compra expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta de preços adjudicada.

3.2. O Município de Choró/CE efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação tratada no subitem anterior, observadas as disposições editalícias e deste contrato.

3.3. Por ocasião da entrega dos produtos/materiais/equipamentos a CONTRATADA deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva nota fiscal. A fatura e nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Choró/CE.


3.3.1. Todas as informações necessárias à emissão da fatura/nota fiscal deverão ser requeridas junto ao Município de Choró/CE – Secretaria Municipal de _____.

3.3.2. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

3.3.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “on-line” às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

3.3.4. Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, o fornecedor será comunicado por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Município de Choró/CE, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

3.3.5. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até ___ de ___ de ___, podendo ser prorrogado caso seja permitido pelo art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da(s) dotação(coes) orçamentária(s) da Secretaria Municipal de _____: _____ Elemento de despesa: _____.

CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Nº. 10.520/02.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a:

6.2.1. Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de Choró/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

6.2.2. Entregar os produtos/materiais/equipamentos licitados no prazo máximo de ___ (_____) dias, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 65 da Lei Nº. 8.666/93;

d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Choró/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

6.2.3. No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

b) Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE DO CONTRATO

7.1. Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelo art. 65 da Lei Nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.



7.2. REAJUSTE: Os valores contratados não serão reajustados antes de decorrido o período de 12 (doze) meses.

7.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1. Na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93.

8.1.1. Se a CONTRATADA deixar de entregar o material ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega do mesmo, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Choró/CE e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de Choró/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) Recusar em celebrar a ata de registro de preços ou o termo de contrato dela decorrente quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta ou lance;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou da ata de registro de preços, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da entrega dos bens;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

8.1.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na ata de registro de preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei Nº. 10.520/02, as seguintes penas:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

8.2. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

8.3. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.



8.4. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

8.5. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

8.6. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no edital.

9.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei Nº. 8.666/93.

9.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei Nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

10.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no art. 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

10.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei Nº. 8.666/93.

10.5. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

10.6. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

10.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com os termos do termo de referência, da proposta de preços e deste contrato.

10.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta de preços adjudicada.

10.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado(a), pela Secretaria Municipal de _____, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Nº. 8.666/93, doravante denominado(a) GERENTE DE CONTRATO.

10.9.1. O gerente de contrato ora nominado poderá ser alterado a qualquer momento, justificadamente, caso haja necessidade por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Choró/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, em 05 (cinco) vias, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.



<<<DATA>>>

MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE
CNPJ Nº. _____
SECRETARIA MUNICIPAL DE

CONTRATANTE

<<<RAZÃO SOCIAL>>>
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<REPRESENTANTE>>>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. _____ CPF Nº. _____

2. _____ CPF Nº. _____

